

**ACTES DEL VII CONGRÉS
DE L'ASSOCIACIÓ HISPÀNICA
DE LITERATURA MEDIEVAL**
(Castelló de la Plana, 22-26 de setembre de 1997)

Volum I

EDITORS:
SANTIAGO FORTUÑO LLORENS
TOMÀS MARTÍNEZ ROMERO



**UNIVERSITAT
JAUME·I**

Asociación Hispánica de Literatura Medieval. Congreso Internacional (7è : 1997 : Castelló de la Plana)

Actes del VII Congr s de l'Associació Hisp nica de Literatura Medieval : (Castell  de la Plana, 22-26 de setembre de 1997) / editors, Santiago Fortu o Llorens, Tom s Martínez Romero. — Castell  de la Plana : Publicacions de la Universitat Jaume I, 1999

3 v. ; cm.

Bibliografia. — Textos en català i castell 

ISBN 84-8021-278-0 (o.c.). — ISBN 84-8021-279-9 (v. 1). — ISBN 84-8021-280-2 (v. 2). — ISBN 84-8021-281-0 (v. 3)

1. Literatura espanyola-S. X/XV-Congressos. I. Fortu o Llorens, Santiago, ed. II. Martínez i Romero, Tom s, ed. III. Universitat Jaume I (Castell ). Publicacions de la Universitat Jaume I, ed. IV. Títol.

821.134.2.09"09/14"(061)

Cap part d'aquesta publicació, incloent-hi el disseny de la coberta, no pot ser reproduïda, emmagatzemada, ni transmesa de cap manera, ni per cap mitjà (elèctric, químic, mecànic, òptic, de gravació o bé de fotocòpia) sense autorització prèvia de la marca editorial.

  Del text: els autors, 1999

  De la present edició: Publicacions de la Universitat Jaume I, 1999

Edita: Publicacions de la Universitat Jaume I
Campus de la Penyeta Roja. 12071 Castell  de la Plana

ISBN: 84-8021-279-9 (primer volum)

ISBN: 84-8021-278-0 (obra completa)

Imprimeix: Castell  d'Impressió, s.l.

Dipòsit legal: CS 257-1999 (I)



INVOCO EL RREY DOM DENIS...
PEDRO HOMEM E O CANCIONEIRO
DA AJUDA

MARIA ANA RAMOS
Universität Zürich

1. INFRUTÍFERAS têm sido quase todas as diligências para reconstituir com algum rigor as localizações primitivas do *Cancioneiro da Ajuda*. Além das conjecturas associadas a bibliotecas régias, o percurso do *Cancioneiro da Ajuda* continua bastante enigmático até à sua descoberta em 1823 por C. Stuart na Livraria do Real Colégio dos Nobres, fundado em 1761. As várias hipóteses suscitaram a curiosidade dos primeiros estudiosos da lírica medieval galego-portuguesa, sobretudo com C. Michaëlis (1904) que previu, através de suposições, algumas das quais bem sistematizadas, um tipo de produção intimamente ligado a um ambiente régio ou nobre e a permanência natural do manuscrito em um desses círculos. A elaboração ter-se-ia verificado na corte portuguesa, na última fase do reinado de D. Afonso III, ou nos primeiros anos da actividade governativa de D. Denis.

Em relação a D. Afonso III não era, na verdade, nem imprudente nem inverosímil admitir que um príncipe que vive a maior parte da sua vida na corte culta de Branca de Castela (Pernoud: 1982) e, logo depois, no seu próprio condado de Boulogne-sur-Mer, situado em região de intensa actividade literária, não fosse, mais tarde, sensível ao tipo de recolhas poéticas que então por aí circulavam. A família em que se integrou era, como é sabido, protectora de iniciativas de cunho literário e, ao mesmo tempo, nelas participante. Quer na corte, quer por todo o condado, não se alheou de factos tidos por relevantes, tanto no exercício do poder, como no domínio da cultura. A alusão que lhe é feita em um poema de Moniot d'Arras –*Chançons, va t'en sans perece/Au Boulenois di*– prova bem sua participação no movimento cultural em que vivia a corte do norte da França (Dyggve: 1938).

Dos finais dos anos sessenta em diante, G. Tavani analisou os recursos ibéricos para realizar um projecto como o *Cancioneiro da Ajuda*. Com as circunstâncias conhecidas, era bem mais verosímil que o estruturar e o elaborar deste *Cancioneiro* tivessem tido lugar em uma corte mais diligente e enérgica no desenvolvimento intelectual do que a corte portuguesa. A corte de D. Afonso x

era, deste modo, reconhecida como espaço com melhores qualidades para o encontro de pessoas e de materiais necessários à confecção de tal cópia.

Entretanto, investigações mais recentes acerca da cronologia dos poetas que constituem o *Cancioneiro*, com a intenção de estabelecer também um período certo ligado à confecção, põem em causa a possibilidade de ver, na morte de D. Afonso x, o motivo de suspensão da cópia e, por conseguinte, sugerir também outras reflexões acerca do local de produção do manuscrito (Resende de Oliveira: 1994).

Por ser talvez um objecto inacabado, (ou por não pertencer aos fundos inventariados), o códice não aparece explicitamente citado nos inventários antigos, nem nas *Livrarias* de El-rei D. Duarte, do Condestável D. Pedro ou do Marquês de Santillana. As referências conhecidas mencionam outras colectâneas, que não devem estar em correlação com a da Ajuda (Balaguer y Merino: 1881; Alves Dias: 1982 e Schiff: 1905).

Afigura-se-me que a probabilidade mais segura é a de o *Cancioneiro*, por não ter sido concluído, e talvez ainda não encadernado (os vestígios de encadernação primitiva não são muito claros), poder ter passado bastante tempo despercebido, mesmo num ambiente de corte, até ao século XVI, momento em que alguém culto, um homem do Renascimento, por exemplo, se encarregou de proteger os fólios e os cadernos soltos, quer do **Livro de Linhagens**, quer do **Livro de Cantigas**. Repare-se que mesmo no catálogo manuscrito da Livraria do Colégio dos Nobres, a inscrição do códice é posterior à primeira relação dos exemplares nela existentes, facto que acentua ainda mais o carácter dispersivo do **Livro** (*Livros Portugueses de Fólio*, BNL, Ms.7394).

São conhecidos os critérios que presidiram à constituição da Biblioteca do Colégio dos Nobres (1761-1772). Rómulo de Carvalho (1959: 105) transcreve o muito interessante título XIX –*Dos Bibliothecarios, Livraria e Laboratorio do Collegio*– onde se decreta que, no novo Colégio, haja uma «livraria propria». A formação da Biblioteca foi iniciada com os exemplares que existiam em duplicado na Biblioteca do Paço –«livros dobrados»– . Além deste núcleo, a livraria foi enriquecida com obras pertencentes a antigas bibliotecas jesuíticas.

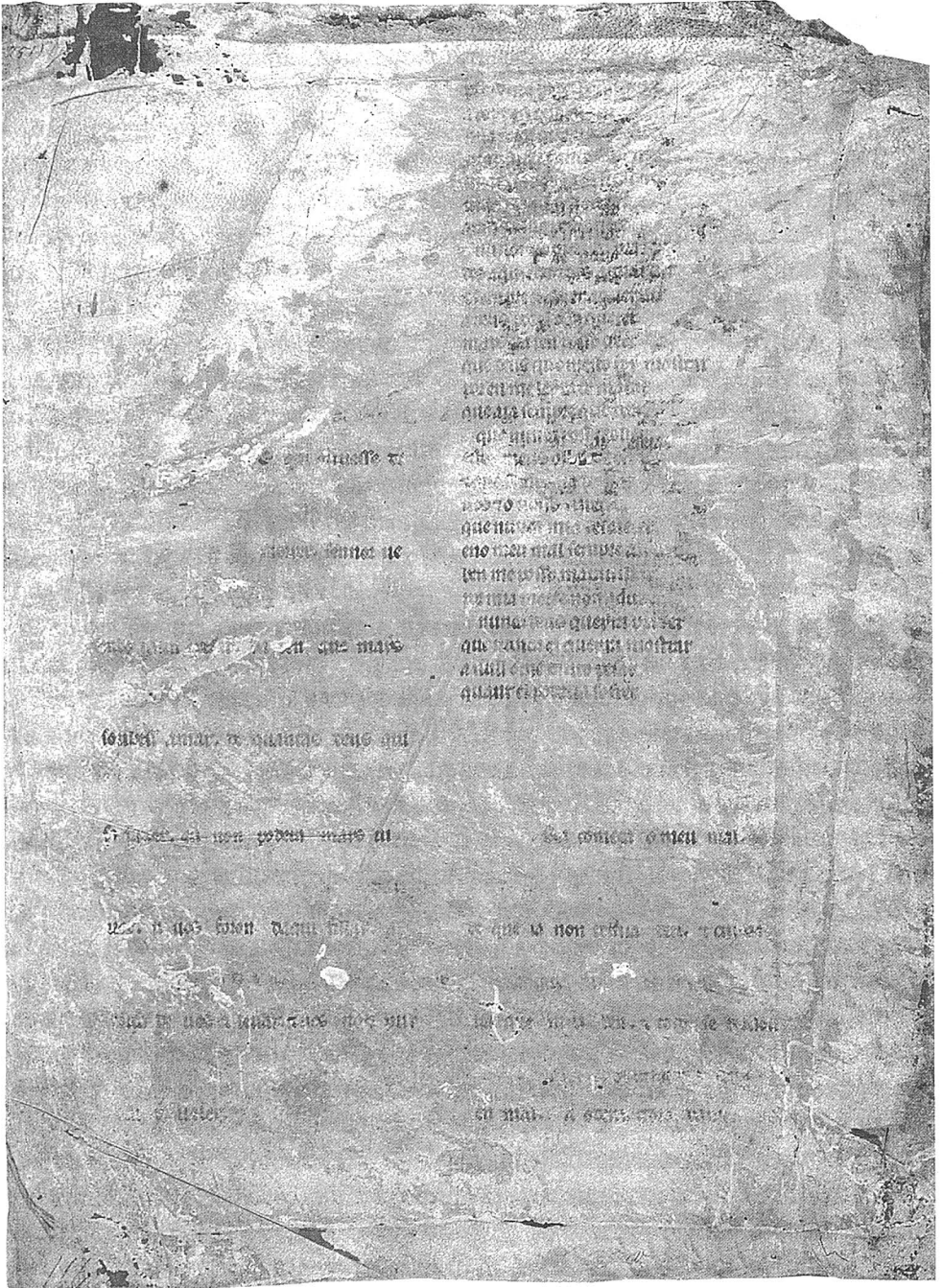
Por outro lado, após a descoberta do códice, foi localizada, em Évora, a subsistência de onze fólios pertencentes ao mesmo *Cancioneiro*, fólios descobertos na Biblioteca Pública, o que leva a presumir, logicamente, a passagem do códice, ou de parte dele, por aquela cidade, ou no espaço da Companhia de Jesus, ou em qualquer outro lugar relacionado com uma estada régia ou, pelo menos, privilegiada. Este acidente material -um caderno e fólios desagregados- não tem sido, até hoje, parece-me suficientemente explorado. E insista-se que não se trata apenas de fólios soltos, mas também de um caderno compacto.

Estas são, em resumo, as suposições, mais ou menos, cautelosas que servem de base à história do manuscrito, antes da sua descoberta no século passado. Uma realização medieval em um ambiente culto, régio ou senhorial. Se foi em Castela, terá vindo para Portugal por qualquer motivo fácil de explicar, como uma simples deslocação, por exemplo, visto que a oferta parece estar excluída, devido talvez ao seu carácter de objecto não concluído no aspecto decorativo e incompleto, de igual modo, quanto ao conteúdo textual.

Embora sem fonte explícita no próprio códice e sem provas externas concretas, é com o seu carácter majestoso que faz presumir facilmente uma propriedade régia ou senhorial. A encadernação renascentista que reúne em um único volume dois fragmentos dissociados em substância, mas com uma relação possível para um protector culto –quem o fez não podia ignorar, por certo, que o Conde de Barcelos estava ligado a um *Livro de Linhagens* e a um *Livro de Cantigas*–, só o pode colocar em um ambiente privilegiado. No século XIX, o códice é encontrado numa Biblioteca que tinha sido constituída por fundos de jesuítas e por «livros dobrados» da Livraria do Paço –seria o *Cancioneiro da Ajuda*, na mais optimista das hipóteses, considerado um «livro dobrado»–?

2. Além das personalidades régias mencionadas, pouco mais se conjecturou com fundamento acerca dos possuidores que vieram depois. Todavia, no fólho 87 v, fólho que antigamente estava fixado à pasta anterior da encadernação, e que foi descolado e deslocado por C. Michaëlis, há **um nome de pessoa escrito a tinta castanha clara** que se encontra com igual morfologia, no fl.86 v, fólho em branco que, até à intervenção de C.Michaëlis, era o último do códice. Deste nome parecem legíveis as letras **Ephom**. O Professor Borges Nunes, que fez o favor de o decifrar e a quem muito agradeço todas as hipóteses atraentes, assim como o ter-me proporcionado documentação importante acerca da eventual personagem, pronuncia-se, sem qualquer dúvida, pela assinatura de **Pº home**, autógrafa nos dois lugares com uma leve diferença na ligadura do P para o o sobrescrito -mais alto no primeiro do que no segundo-, a qual assim abreviada, e pelo tipo de letra, é semelhante às da segunda metade do século XV, enquadrada por entrelaçados simples à esquerda e dobrados à direita e ainda por um traço por baixo, uma espécie de sublinhado, para o nome de **Pero** ou **Pedro Homem**. Esta anotação atributiva constitui, seguramente uma marca de posse, ou se se quiser, um registo de propriedade, marcado em dois lugares significativos, um visível no acto de abrir o **Livro**, outro ao fechá-lo, no último fólho disponível que se encontrava em branco.

Vou ocupar-me desta assinatura no *Cancioneiro da Ajuda* que me parece poder permitir, por um lado, um esclarecimento na história e no ambiente do códice na segunda metade do século XV e, por outro lado, apresentar também



fez sular ouera sennoz.
 la donna toz me
 sonora non era fol
 r. 100 ia fazer ma pol
 mais lo poter ia non e fien
 a oem agola. d. m.
 ue leu me fesa ia
 quando f amor de min quitoi
 un pouco que ma min leuou
 mais doutra gusa me uay ia
 a oem agola. d. m.
 non se tu om alegrar
 murto de ren que pol auer
 ei eu que o quige fazer
 non ey ia de que mallegar
 a oem agola. d. m.
 tem a comend eu amor
 allega teus la sennoz
 e que non sera saletor
 nill omen quant eu uino fo

ve mury gan parzer og

eu m. u me uos teus moste ou

sennoz. r. ben uos faço saletor.

que pors que meu de uos par

ti. ou aydiae tunc auuer. como

algumas hipóteses plausíveis acerca da identificação do possuidor do *Cancioneiro* neste período.

Durante o século xv encontram-se registos ou alusões a inúmeros membros da família Homem e mesmo se o número dos homónimos **Pero** ou **Pedro**, é mais restrito, não há evidentemente garantia absoluta para uma identificação firme do importante possuidor do *Cancioneiro* nesta altura.

O patronímico prolifera neste e noutros períodos e o nome de **Pero** ou **Pedro** aparece também em diferentes lugares. A linhagem é de difícil traçado, mas pode isolar-se um ramo com ligação ao Infante D. Henrique, em que alguns membros são documentados como navegadores, outro encontra-se ligado ao infante D. Pedro com funções administrativas, e outros são de mais difícil integração. Devo a A. Resende de Oliveira várias menções no desintronar genealógico desta complexa família, sobretudo nas linhagens antigas, de insegura sistematização. No século xiv e princípios do xv, encontram-se vários registos da família Homem (*Monumenta Henricina*: 1960-1974; Manso de Lima: 1930; Freire: 1905, 1908, 1921; Baquero Moreno: 1980; Coelho: 1983, I; Silva de Sousa: 1991). Alguns exemplos:

-**Fernam Nunes Homem** - «Comendador da Hordem dAvis» (*Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, 244).

-**João Homem** - partidário de D. João I são-lhe doados os bens de Álvaro Gil Fernandes de Carvalho.

-**João Homem** - padrinho de baptismo de D. Duarte e do infante D. Henrique. Bispo de Viseu entre 1392-1425.

-**João Homem** - bispo de Lamego (1448-1464).

No século xv, são alguns os membros da família, ligados ao Infante D. Henrique e ao Infante D. Pedro com claro apoio ao Regente no momento de Alfarrobeira:

-**Pedro Homem** - escudeiro do infante D. Pedro, tabelião de Torres Novas (1434-1452). Este escudeiro do Infante D. Pedro, residente em Torres Novas, obteve carta de mercê da rainha D. Leonor, dada em 12 de Fevereiro de 1434, pelo que foi nomeado tabelião da referida vila. Outra carta outorgada pela mulher de D. Duarte em 31 de Maio de 1436, designava-o tabelião das notas e escrituras públicas na mesma localidade e seu termo, cargo que ficaria a exercer conjuntamente com o criado da rainha, João Nunes. O diploma estabelecia que ficaria no pelouro de Luiz Vaz, o qual desempenhava as funções de escrivão na coudelaria da vila e seu termo.

Durante a regência do Infante D. Pedro, obteve em 30 de Março de 1444, confirmação das atribuições que vinha exercendo. Devia conservar-se no desempenho dessa actividade, quando se integrou na hoste do Duque de Coimbra

a caminho de Alfarrobeira. Veio a ser reabilitado, no entanto, a 26 de Agosto de 1452, mediante uma carta de liberdade que lhe foi concedida pelo rei. É mesmo de presumir que tornasse a ser integrado no exercício do ofício de tabelião público.

-**Pedro Homem** - escudeiro do infante D. Henrique, morador em Viseu (1456-1459).

-**Pedro Nunes Homem** - (será o mesmo que o escudeiro do Infante D. Henrique?), escudeiro do Infante D. Henrique, sobrinho do bispo João Homem (1430).

-**Garcia Homem** - na década de trinta terá participado em expedições ao longo da costa africana. Em 1445 era criado do infante D. Henrique. Casou com uma filha de João Gonçalves Zarco e a partir de 1454 estabelece-se na Madeira.

-**Gonçalo Homem** - navegador, salienta-se nas expedições da costa africana na década de quarenta.

-**Gonçalo Homem** - escudeiro do Infante D. Pedro Gonçalo Homem foi nomeado em 12 de Setembro de 1443, escrivão do almoxarifado de Torres Novas, onde residia, em substituição do falecido D. João Afonso. Acompanhou o regente a Alfarrobeira, pelo que perdeu os seus bens em benefício do vedor da fazenda Lopo de Almeida, pertencente ao conselho do rei. Alguns anos depois de ter participado no conflito, obteve carta de perdão, pelo que foi restituído aos seus direitos civis. Após a reabilitação, passou a ser escudeiro da rainha, recebendo do monarca o cargo de tabelião das notas da vila de Torres Novas, função que já vinha exercendo ao serviço de D. Isabel (carta régia de 4 de Maio de 1456).

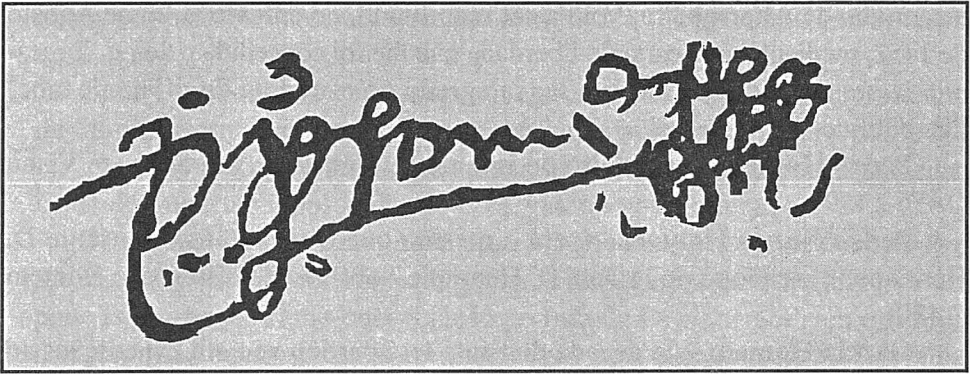
-**Álvaro Martins Homem** - terá chegado à Gronelândia ou a Terra Nova com João Vaz Corte Real, antes de 1474.

-**Heitor Homem** - escudeiro do infante D. Henrique (1438-1445).

-**João Homem** - criado, morador no Porto, ligado também à casa do infante D. Henrique (1456).

No entanto, há um **Pedro Homem** que parece reunir condições favoráveis para ser preferido como eventual possuidor do códice. Trata-se de uma personalidade que exerceu o cargo de estribeiro-mor do rei D. Manuel. Diz-nos Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana...*, III, 584-585):

«**PEDRO HOMEM**. Estribeiro mór do serenissimo Rey D. Manuel, o qual sendo casado com D. Maria de Menezes, filha de Ruy Gomes da Sylva, teve della entre outros filhos, Antonio Homem Embaixador del Rey D. Manuel á Curia romana. Foy insigne poeta, de cuja veyra se lem diversas Poesias no Cancioneiro de Garcia de Resende impresso em Lisboa por Herman de Campos 1516, a fl. 53.54.145.vers.148.vers.149.153.155.vers.159.vers.168».



A. Caetano de Sousa já nos dizia que «**PEDRO HOMEM**, foy Estribeiro môr, como referem diversas Memorias, e acompanhou a El Rey sendo Duque nas Justas, que se fizerão no casamento do principe D. Affonso, como refere Rezende na Chronica del rey D. João II, fol. 82, vers e a Chronica del Rey D. Manoel, parte I cap. 24» (*Provas*, III, 208)

De facto, como nobre e cavaleiro, está realmente presente nas festas reais que comemoram os esponsais do príncipe D. Afonso, filho de D. João II e da rainha D. Leonor, com a filha dos Reis Católicos, realizado em Évora em Dezembro de 1490, festas inspiradas certamente nas do Condestável Miguel Lucas de Iranzo descritas na sua *Crónica* que abrange o período de 1458 a 1471 (Aubrun, 1942). **Pedro Homem** fazia parte dos estribeiros que acompanhavam a entrada em liça de D. João II (1455-1495), logo após o Duque D. Manuel e o poeta e camareiro do duque, D. Joam Manuel (Garcia de Resende: *Crónica*, 184).

O seu nome é confirmado em carta de brasão de 1529. Um brasão «d'azur á six croissants d'or. Cimier:un lion du champ tenant entre les pates une hache d'armes au naturel, futée d'or» (Freire, 1908 e 1921, 245).

Por motivos etários, o **Pedro Homem**, participante nas Justas eborenses em 1490 e estribeiro do rei D. Manuel (e tinha já este estatuto, como vamos ver, quando o futuro rei era ainda apenas duque de Beja), não parece ser nenhum dos dois escudeiros acima referidos do tempo dos Infantes D. Pedro e D. Henrique. Poderá, porém, ser aquele **Pedro Homem** que, em 1465, é assinado como pajem do Condestável D. Pedro de Portugal, na altura Rei da Catalunha.

L. A. da Fonseca (1982: 341-342) na relação dos portugueses que acompanharam D. Pedro faz referência a um «**Pedro Homem. Esteve com D. Pedro na Catalunha, onde é referido como pagem real (13 Out. 1465)**» Segundo L. A. da Fonseca, é possível que se trate do escudeiro do Infante D. Pedro que esteve a seu lado em Alfarrobeira ou do escudeiro do Infante D. Henrique, os dois conhecidos homónimos. Graças à amabilidade do Prof. V. Beltrán e da

Prof. M. Lourdes Simó, tive a oportunidade de observar em microfilme que, no Registo de 1465 do Arquivo da Coroa de Aragón, é referido, na verdade, um «**pedro home paige del dit senyor**» (13 de Outubro de 1465, Real Patrimonio-Mestre Racional, 2490, vol. 138 r II, contas de Fernando Eanes de Maio de 1465 a Março de 1466).

No entanto, **pajem** (Campos Rodrigues:1979), era o moço nobre, fidalgo que, antes de ascender a escudeiro, geralmente aos 14 anos servia nos paços de grandes senhores ou do rei. Nos finais do século xv, viviam na corte a expensas do monarca, sendo de um modo geral, filhos de nobres pouco abastados. Se em 13 de Outubro de 1465, temos notícia de um **Pedro Homem** que é pajem na corte do Condestável D. Pedro, rei da Catalunha, é natural que após a morte do rei a 29 de Junho de 1466 em Grandollers del Vallés, o pajem tenha regressado a Portugal e tenha adquirido um dos primeiros escalões da nobreza, com o título de **escudeiro**. Deste modo, os escudeiros dos Infantes de Avis dos anos 50 não se podem identificar com o pajem de 1465 por serem, naturalmente, mais velhos. Mas, é com esta condição de **escudeiro** que vamos encontrar um **Pedro Homem** na corte de D. João II, documentado na sua *Chancelaria* um ano após a sua subida o trono, recebendo vários benefícios, «graças» e privilégios do rei. Mais tarde, em 1492, um **Pedro Homem** será anunciado por D. Manuel como «**fidalgo de nossa casa e nosso Estribeiro-Mor**».

Diz-nos Oliveira Marques (1979) que do século xv em diante, a categoria de **escudeiro**, antes transitória, se cristalizou de certa maneira numa classe inferior de nobreza fidalga. No século xv, estavam já equiparados a nobres, pelo menos, para certos efeitos. Parece claro assim que esta família **Homem** pertence a uma linhagem de segundo plano, da pequena nobreza, o que não é extraordinário (Gomes, 1995), mas que parece ter prosperado na dependência vassálica de algumas das mais importantes casas senhoriais do século, nomeadamente as dos Infantes D. Pedro, D. Henrique e nas casas reais de D. João II e de D. Manuel. Dada a dispersão geográfica encontrada entre os diferentes membros da família, onde é difícil traçar linhas genealógicas coerentes, sem erros e sem lacunas, é de pensar que estamos perante membros de vários ramos da linhagem. Relativamente a **Pedro Homem**, provavelmente o futuro **poeta**, várias notícias são registadas na *Chancelaria* real.

Assim, na *Chancelaria de D. João II* (Mendonça: 1994), em Viana do Alentejo a 9 de Março de 1482 (TT. *Cha. D. João II*, L.2., f.36):

...querendo Nós fazer graça e mercê a Pero Homem, confiando dele(...)Temos por bem e o damos daqui em diante por escrivão das nossas sisas de Almalaguês e de Castel Viegas, termo da nossa cidade de Coimbra...

Em Évora a 2 de Julho de 1482 (TT. *Cha. D. João II*, L.2, f.154 v):

...carta de coudelaria de Pero Homem, morador em Fronteira, per que o damos em a dita vila por coudel, da feita desta nossa carta a 3 anos primeiros seguintes...(Cf. também os *Itinerários de D. João II*, 58).

Em Évora a 8 de Julho de 1482 (TT. *Cha. D. João II*, L.2,f.166):

...carta de Pero Homem, escudeiro do conde de Penela meu muito amado sobrinho, per que o damos daqui em diante por escrivão das nossas sisas de Miranda e de Podentes...

Em Sintra a 30 de Janeiro de 1486 (TT. *Cha. D. João II*, L.1 ,f.24 v):

...carta de Pero Homem, nosso escudeiro, morador em a nossa mui nobre e leal cidade de Evora, per que o damos em a dita cidade e seus termos por escrivão da coudelaria, da feita desta nossa carta a 3 anos primeiros seguintes...

Em Santarém a 10 de Fevereiro de 1486 (TT.*Cha. D. João II*, L.1,f.29 v)

...confiando Nós da bondade e discrição de Pero Homem, nosso escudeiro, que o fará bem e como cumpre a nosso serviço, e querendo-lhe fazer graça e mercê, temos por bem e damo-lo daqui em diante por escrivão do nosso almoxarifado da vila de Beja...

De novo, em Évora, a 1 de Julho de 1486 refere **Pedro Homem**, «**nosso escudeiro, morador em a nossa cidade de Évora**» ao qual o rei dá o cargo de **escrivão da coudelaria de Évora**, uma renovação de função já anunciada em Sintra a 30 de Janeiro de 1486.

Na *Chancelaria de D. Manuel*, encontram-se notícias significativas, sobretudo aquela que nos dará praticamente a data de sua morte em 1498.

Em Montemor-o-Novo, 5 de Fevereiro de 1492 a propósito de uma herdade coutada, regista-se confirmação (TT. *Cha. de D. Manuel*, L. 26, f.19 v):

Dom Manuel... Por parte de Pº Homem, fidalgo de nossa casa e nosso Estribeiro-Mor, nos foi apresentada uma carta del Rei D. João [II], dada em Santarém a 4 de Abril de 1486, a qual continha...

Há ainda um rol de duas cartas (TT. *Cha. D. Manuel* L.31, f.99 v), uma de Lisboa, 13 de Março de 1498 com uma renda vitalícia para o filho mais velho de **Pº Homem**, Francisco Homem:

Dom Manuel...Esguardando Nós aos muitos serviços que temos recebido de Pº Homem, fidalgo de nossa Casa e nosso Estribeiro-Mor, cuja alma Deus haja...Temos por bem que, desse dia do seu falecimento em diante, Francisco Homem, seu filho maior, tenha de Nós em sua vida a renda de nossa portagem da cidade de Évora, que a tinha o dito Pº Homem seu pai...

A outra carta corresponde a uma tença temporária para os filhos menores:

Dom Manuel... Havendo Nós respeito ao muito serviço... de Pº Homem, fidalgo de nossa Casa e nosso Estribeiro-Mor, que Deus haja, e querendo galardoar... e fazer mercê a seus filhos, Temos por bem... que, desde o seu falecimento do dito Pº Homem em diante, os ditos seus filhos tenham... pera ajuda de sua criação, em cada ano, enquanto por nossa mercê, os 45.000 reais que o dito seu pai de Nós tinha de tença em sua vida, dos 90.000 reais que já dante tinha, porque os 55.000 que deles falecem trespassou ele em sua vida, com nosso consentimento, em Pero d'Abreu pela renda da portagem de Évora que ele houve. A qual tença destes 30.000 reais Nós repartiremos depois pelos ditos moços como bem nos parecer...

Outro rol de três cartas de legitimação para três filhos ilegítimos de **Pº Homem** (TT. *Cha. de D. Manuel*, L.31, f. 3 v) como a de Évora em 7 de Outubro de 1498:

Dom Manuel...querendo fazer graça e mercê a BeatrizViveiro, filha de Pº Homem, cavaleiro de nossa Casa, casado e de Lianor Rodrigues, mulher solteira...

Nos registos transcritos, o nome próprio de **Homem** vem sempre abreviado em **Pº Homem** –como no *Cancioneiro*–, abreviatura que tanto pode ser desenvolvida em **Pero** como **Pedro**. No *Cancioneiro Geral*, é a forma **Pedro**, mas com a abreviatura presente no *Cancioneiro da Ajuda* e nos documentos, talvez fosse de preferir a forma **Pero**.

Destas notícias pode levantar-se uma objecção de natureza geográfica em relação aos documentos apresentados entre 1482 e 1486. É possível que o **Pedro Homem** da região de Coimbra, escudeiro e escrivão das sisas em Almaguez, Miranda e Podentes (1482), possa não ser o mesmo **Pedro Homem** que aparece praticamente na mesma altura na região alentejana, escudeiro, escrivão da coudelaria e escrivão do Almoxarifado de Beja (1482-1486). Mas, o que parece bem provável é que o escrivão da coudelaria de D. João II seja o estribeiro-mor de D. Manuel em 1492 e, por conseguinte, o poeta assim nomeado no *Cancioneiro Geral*.

Identificar o pajem do Condestável de 1465 com o escudeiro de D. João II

em 1482/1486 e, posteriormente, com o estribeiro-mor de D. Manuel deve ser aduzida, no entanto, de algumas precauções:

1) **o problema geográfico**- são bem conhecidas as causas da atribuição do trono catalão ao Condestável. É facilmente explicável que um pajem de 1465 na Catalunha após a morte do seu senhor em 1466 possa naturalmente ter regressado a Portugal. Assim, é lógico que apareça, alguns anos mais tarde, como escudeiro de um familiar do rei, o Conde de Penela e, pouco depois, do próprio rei D. João II;

2) **o problema cronológico**- a questão parece também solúvel, porque a documentação joanina surge quase vinte anos mais tarde, anunciando o novo estatuto, **escudeiro** que segue a ordem regular da nobreza nesta altura, depois de ter sido pajem. Podemos conjecturar com estas datas que **Pedro Homem** teria entre 30 e 35 anos na altura;

3) **o problema político**-isto é, a ligação de uma mesma pessoa a duas casas politicamente antagónicas. Há membros da família **Homem** que apoiaram o Infante D. Pedro em Alfarrobeira em 1449, alguns perderam privilégios e o próprio filho do regente, o Condestável D. Pedro, teve de se exilar em Castela até 1456. Pode um pajem do Condestável ter voltado à corte? A resposta a esta pergunta tem de ter em conta o factor tempo, porque 1449 estaria longe e o próprio Condestável tinha reatado, antes da sua ida para a Catalunha, contactos com o próprio rei D. Afonso V em 1453. Bastaria pensar no seu texto sobre a política marroquina em 1460 e na restituição do Mestrado de Avis que lhe tinha sido confiscado. Nestas circunstâncias, o Condestável D. Pedro assume já uma posição de colaboração com D. Afonso V e nas *Coplas del menesprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo*, escritas entre 1453 e 1455 não deixa de apresentar uma dedicatória ao rei D. Afonso V, vencedor de seu pai em Alfarrobeira:

«[C]omiença el prohemio dirigido al muy excelente e muy catolico príncipe temydo e muy amado señor Alfonso el quynto deste nonbre.» (Michaëlis de Vasconcellos, 1922 e Fonseca, 1975).

A este propósito não devemos esquecer que pouco antes em 1447, o Marquês de Santillana também tinha escrito umas *Coplas al rey don Alfonso de Portugal*» (Kerkhof, 1988: 268-270).

O estribeiro-mor de D. Manuel e poeta do *Cancioneiro Geral* deve ser com muita probabilidade o escudeiro de D. João II, se atendermos a que, neste reinado, **Pedro Homem** tem já as funções em 1482 de coudel em Fronteira (no Alentejo) e de escrivão da coudelaria de Évora e escrivão do Almojarifado da vila de Beja em 1486. A documentação de D. João II e de D. Manuel revela

nítida progressão social de **Pedro Homem**. Esta intimidade com a corte vai manifestar-se também na sua participação nas Justas das bodas de Évora em 1490, em honra do casamento de seu filho D. Afonso com a Infanta D. Isabel, filha dos Reis Católicos porque, «na Cidade de Lisboa principal do Reyno ao tal tempo morriam de peste, e por isso se não podiam fazer nella as ditas festas [...] el Rey por mayor perfeiçam desejou, determinou que fossem na cidade de Evora, que he a segunda do Reyno» (Garcia de Resende: *Crónica*, 158). **Pedro Homem** é o terceiro aventureiro dos «sete justadores» que acompanha o Duque de Beja, futuro rei D. Manuel em primeiro lugar, e D. Joam Manuel, camareiro-mor também de D. Manuel, diplomata e grande poeta, ladeando a entrada em liça do Monarca e tendo escolhido Vénus por cimeira, um pouco como Joam de Mena no *Laberinto de Fortuna* em que a terceira ordem é de Vénus, e como divisa os seguintes versos:

Si esta gracia, y hermosura
Puede darla,
De vos tiene de tomarla
(G.de Resende: *Crónica*,184)

O poeta **Pedro Homem** não desconheceria os versos de J. de Mena que, naturalmente, se adequavam a uma festa matrimonial:

Venidos a Venus, vi en grado especial
los que em el fuego de su juventud
fazen el vicio ser santa virtud
por el sacramento matrimonial.
(Kerkhof: 1997,149)

A proximidade com o poeta D. Joam Manuel é interessante, porque praticamente toda a produção poética de **Pedro Homem** está associada à de D. Joam Manuel, quer na forma «pregunta» e «resposta», quer no modo epistolar, quer ainda nas intervenções e «ajudas» colectivas. A contiguidade nominal entre os dois poetas –camareiro-mor e estribeiro-mor– de D. Manuel é também material, no que diz respeito ao modo de ordenação da recolha de Garcia de Resende. Conhecem-se as diferenças entre os exemplares (Crabbé Rocha: 1949) e conhece-se o exame material do *Cancioneiro Geral* (Dias-Castro: 1977), mas não estão ainda suficientemente estudados os critérios de antologização ou compilação, que estiveram subjacentes à reunião de textos e autores por G. de Resende. É, no entanto, significativo observar que os ciclos destes dois autores surgem de modo, mais ou menos contínuo, e nos casos de participação colectiva, um deles está, muitas vezes, no seguimento ou na procedência do outro.

Contrariamente a D. Joam Manuel, **Pedro Homem** não é um poeta extremamente citado, nem antologado, embora seja costume seleccioná-lo nos estudos relativos à pré-história do teatro devido ao «breve» que fez a «úus momos». Relaciona-se literariamente com diferentes personalidades do *Cancioneiro Geral* como Nuno Pereira, Francisco da Silveira, Simão de Sousa, Fernão da Silveira, coudel-mor, Prior de Santa Cruz, mas as suas relações privilegiadas são com D. Joam Manuel (*Dic. de Lit. Med.*, 1993).

D. Joam Manuel, poeta palaciano e poeta bilingue do século xv, viveu entre as duas cortes. Activo entre 1475 e 1500, seu nome sobressai entre os poetas de melhor qualidade e dos mais polivalentes no que diz respeito à sua produção poética no *Cancioneiro Geral* com os diferentes *pleitos burlescos*, *preguntas*, *repostas*, *louvores*.

Tanto em português como em castelhano, manifesta enormes qualidades técnicas e temáticas. Bastaria recordar o *Pranto* à morte do príncipe D. Afonso em que, recordando tristemente as Justas do ano anterior, nas quais participou também **Pedro Homem**, renega-as declarando:

Oh fiestas malditas, desaventuradas,
que luego tan presto vos haveis tornado
em lhoros el prazer, enxerga el bocado,
las danças en otras muy desatinadas

(C.G.,132,396)

A aparente originalidade das trovas de natureza religiosa como aquelas em louvor de *Nossa Senhora*, seguidas de outras em glorificação de *Santo André*, faz pensar no Marquês de Santillana com os seus sonetos *Virginal templo do el Verbo divino*, soneto que o Marquês «fizo en loor de Nuestra Señora» e *Si ánima alguna tú sacas de pena* «otro soneto qu'el Marqués fizo a Sant Andrés». Outras composições de carácter didáctico, sobretudo a «Regra sua pera quem quiser viver em paz» e a «Ua falla ou pallauras moraes» ao «mui alto princepe el-rei Dom Manuel Nosso Senhor», que não podem deixar, de igual modo, de recordar os *Proverbios o Centiloquio* do Marquês de Santillana, concluídos em 1447 por mandado do rei D. João II para instrução do príncipe D. Henrique, para configurar o futuro rei de Castela (Gómez-Moreno, Kerkhof, 1988: 74, 77; Langbehn, 1997: 244, 248). Nos últimos anos, as «trovas « que fez *sobre os sete pecados mortaes, endereçados a el-rei as quaes nom acabou* também não podem deixar de ser associadas, quer quanto ao tema, quer quanto ao inacabamento, às *Coplas de los pecados mortales* de Juan de Mena, composição interrompida pela morte do poeta (Priego, 1989: 305-328).

Também Cataldo Sículo tinha reunido um conjunto de *Proverbia* ende-

reçados a D. Afonso, incluído nas *Epistolae* e quando o príncipe casou com a infanta D. Isabel, o humanista não deixou de saudar a princesa com um discurso em latim. Cataldo Sículo teria vindo para Portugal em 1485, convidado por D. João II. Cataldo Sículo foi *orator* oficial e secretário latino de D. João II e de D. Manuel. Foi professor do filho bastardo de D. João II, D. Jorge, que se tornou em um «nobre versado nas Humanidades Clássicas» (Ramalho, 1979 e 1985).

Além deste régio aluno, deve ter tido vários outros de diversa condição social, ligados à corte ou mesmo à Universidade, fazendo assim parte da nova atmosfera cultural da classe dirigente. **Pedro Homem** e D. Joam Manuel não podiam estar alheios a este movimento de pessoas e de leituras. Não deixa de ser extremamente interessante notar que tanto D. Joam Manuel como **Pedro Homem** recebem correspondência de Cataldo Sículo com o conhecido *Querimonia*, a elegia endereçada a D. Joam Manuel (Ramalho, 1988). **Pedro Homem** surge como um dos amigos e protectores de Cataldo:

Necnon Petrus Homo, caelesti lapsus ab aura
De Stygio poterit te reuocare lacu.
A puero ante alios Regi carissimus, illi
Tanta fides, uirtus insita, tantus amor.

(Ramalho, 1996,259)

Esta referência a **Pedro Homem** é significativa não só pelas qualidades invocadas «descido da aura celeste», «grande a sua dedicação», «grande a sua virtude natural», mas sobretudo, o elemento biográfico que vem contribuir para melhor definição da integração cultural do poeta —«**desde criança, ele foi queridíssimo do rei, mais que outros**»— e, como conclui C. Ramalho, «os outros versos que a Pedro Homem são endereçados por Cataldo, fazem supor que Pedro Homem pertencia à camada instruída da corte» (Ramalho, 1996: 262).

Apesar da escassez dos documentos, a biografia de D. Joam Manuel em alguns momentos da sua vida é relativamente conhecida. Macpherson (1979), P.Botta (1981) e Beltrán (1988) indicam elementos para o traçado de um quadro histórico deste *cubicularius* do rei D. Manuel.

Entre os anos 1460 (Macpherson, 1979), 1460/1469 (Botta, 1981), ou depois de 1450 (Beltrán, 1988), pode-se conjecturar a data provável do seu nascimento. Juntamente com a mãe, ama de D. Manuel, transfere-se para a corte, do monarca recebe gratificações de vários géneros, incluindo o título e o próprio apelido, pois deve ser esta a origem do nome de família. É na corte que deve ter recebido a sua formação próxima do futuro rei e, como seu camareiro-mor, fará diversas viagens em Espanha em missão diplomática. Em 1475 devia

viver na corte e era considerado «fidalgo da casa do príncipe». A 15 de Novembro de 1475 há a carta de legitimação pelo Pai, o bispo D. João Manuel. Em 1488, há um contrato com os carmelitas de Lisboa, em 1490, está presente nas Justas de Évora com o duque D. Manuel e com **Pedro Homem**, entre outros. Em 1495, é citado como camareiro-mor, mas é natural que já o fosse antes. Em 1497, conclui em Castela o difícil pacto matrimonial entre o rei português e a infanta D. Isabel, filha dos Reis Católicos e viúva do príncipe D. Afonso. Em 1498, encontra-se em Zaragoza no séquito do rei, e em 1499 é, de novo, encarregado de preparar o matrimónio de D. Manuel, entretanto viúvo com a outra filha dos Reis Católicos. É durante esta missão que morre subitamente. Ou neste ano ou no seguinte, 1500, é a data provável da sua morte na corte dos Reis Católicos por ocasião da embaixada acima referida. «Faleceo lá de doêça, do que el Rei foi mui enojado», diz-nos Damião de Góis (*Crónica*, cap.46, f. 44). Como vimos através da documentação de D. Manuel, **Pedro Homem** é já falecido, não muito antes, em Março de 1498.

3. Esta breve notícia biográfica merece consideração, devido à proximidade da produção literária entre D. Joam Manuel e **Pedro Homem**, que estabelece uma correspondência na colocação dos textos na recolha de Resende e também nas relações textuais e culturais entre os dois poetas. Ao mesmo tempo, reconhecê-los como homens comprometidos com a corte, de modo explícito, justamente através dos textos epistolares trocados entre ambos.

Os textos destes dois autores encontram-se no *Cancioneiro Geral* do seguinte modo:

D. Joam Manuel	Pedro Homem
Vol. I	
(textos individuais)	
132-150	
151	151
152-158	
[159 a 169 - conjunto de textos constituídos por ciclos breves de um ou apenas dois textos por autor]	
.....	170-174
.....	
Vol. III	
(textos colectivos)	
568	568
575	575
576	

.....	.577
588588
595595
596596
597
.....	.608
610610
614614

Como se pode deduzir da enumeração acima representada, as produções poéticas de **Pedro Homem** e de D. Joam Manuel surgem integradas na colectânea resendiana com um flagrante paralelismo. Se este paralelismo é importante do ponto de vista cronológico –entre 1490 e 1498/1500– é também essencial para melhor ajustar o quadro cultural e social em que o poeta **Pedro Homem** se inclui. A sua integração na corte era já clara com a documentação de D. João II e agora a sua presença literária ligada prática e unicamente a D. Joam Manuel, não só um dos poetas mais relevantes, como uma personalidade íntima da corte, colação do futuro rei D. Manuel e seu camareiro-mor. Mas também um literato e um mecenas como referia o humanista C. Sículo, que não deixou de ser um diplomata de grande confiança do rei.

Os textos com conjectura cronológica aceitável não ultrapassam um período muito mais longo do que dez anos:

a) *Texto 614: 1490- A vinte e nove dias de dezembro de mil e quatrocentos e noventa, fez el-rei Dom Joam, em evora, ùas Justas reaes no casamento do principe Dom Afonso, seu filho com a princesa Dona Isabel de Castela.*

b) *Texto 132: 1491-De dom Joam Manuel à morte do princepe dom Afonso, que Deos tem, em modo de lamentaçam. (o príncipe morre em 1491).*

c) *Texto 142: 1495- Ua fala ou palavras moraes, feitas por dom Joham Manuel, Camareiro-moor do mui alto princepe el-rei Dom Manuel Nosso Senhor (D. Manuel sobe ao trono em 1495).*

d) *Texto 156: 1497, 1499/1500- Dom Joam Manuel, a ùa senhora, que lhe mandou que lhe escrevesse novas de si, vindo ele d'ũu caminho que andara com ela, ficando ela em Castela. (D. Joam Manuel vai a Castela para organizar o primeiro casamento do rei D. Manuel com D. Isabel, viúva do príncipe D. Afonso em 1497; em 1499/1500 está, de novo, em Castela para ajustar o segundo casamento do rei D. Manuel com D. Maria).*

e) *Texto 158: 1499/1500- Trovas que Dom Joham Manuel, camareiro-moor, fez sobre os sete pecados mortaes, endereçadas a el-rei as quaes nam acabou* (morte em 1499 ou 1500)

Quanto aos textos de **Pedro Homem**, é possível sugerir, aproximadamente, as seguintes datas:

a) *Texto 614: 1490- A vinte e nove dias de Dezembro de mil e quatrocentos e noventa, fez el- rei Dom Joam, em Evora, uas Justas...*

b) *Texto 170: 1486?- De Pedr'Homem a Dom Joam Manuel* Embora não haja um episódio nítido nestas trovas, podemos, no entanto, referir os casos de referências que contribuem para uma datação plausível:

[est. VI, v.8] v'leyxaram Faustina,

A donzela **Faustina** é uma clara *nominatio* e réplica a um texto de D. Joam Manuel (C.G., I, 150). Faustina que fala um francês macarrónico, um texto híbrido, classificado nos casos de fonte anónima (Dias, 1978).

Nom sei donde se mostrou
ũa donzela excelente,
a Faustina parecente,
qu'assi me desenganou:
-Vustr'amys vus vus ausem
d'atendre l'amurose grace,
altre que vus a plis la place
vustr fançois em vão usem.

[Fym, v.3] bem sey das sete cidades

Embora se possa associar a referência às *sete cidades* aos *sete pecados* ou às *sete estradas*, referidas quer em Joam de Mena, quer em D. Joam Manuel, deve aqui explicar-se pela incógnita que devia circular no tempo de **Pedro Homem** acerca das *Sete Cidades*. **Antilha, Antília ou a ilha das Sete Cidades** foi uma das ilhas lendárias que, com a mitologia grega, a Idade Média imaginou e que a cartografia da época divulgou, colocando-a a poente do Atlântico Norte. No final do século XIV, na carta anexa a um exemplar de Ptolomeu, oferecida ao papa Urbano VI, vem desenhada a Antilha, com uma das versões da lenda que envolveu essa ilha fantástica. No mapa de Bartolomeu Pareto, em 1465, estão indicados os arquipélagos das Canárias, Madeira, Açores e a ilha

Antília. Era ela que marcava o limite que os navegadores não podiam ultrapassar nas suas explorações. Outra versão da lenda contava também que Antilha tinha sido povoada no século VIII por cristãos ibéricos fugidos à invasão muçulmana. Deste modo, **sete bispos** teriam embarcado da costa portuguesa com os seus fiéis e encontrado refúgio na ilha. Aí instalados, edificaram **sete cidades**, correspondentes às **sete dioceses**. Há notícias, desde o tempo do Infante D. Henrique, que relatam a chegada de uma caravela e os navegadores reconheceram os habitantes como cristãos de ascendência portuguesa.

É, porém, na segunda metade do século XV, de especial interesse para a compreensão do verso e para eventual datação do texto, que a lenda acerca da Atlântida se mantém e se prolonga, porque **Antilha** é, de novo, procurada por navegadores portugueses e D. Afonso V chega a incluí-la expressamente, em uma doação feita a Fernão Teles, nas ilhas que nas suas viagens viesse a descobrir. Fernão Teles projectou navegar ou subsidiar viagens pelo Atlântico. Para isso pedira licença a D. Afonso V, que lha concedeu por *Carta* de 28 de Janeiro de 1474 e renovada por um documento de 10 de Novembro de 1475. O rei faz-lhe «pura e ymrevogavell doaçam pera todo o sempre» das ilhas que descobrisse ou mandasse descobrir e povoar», com excepção das que se encontrassem «nas partes da Guynée». Fernão Teles é também poeta recolhido por Garcia de Resende. Em 1486, quando Fernão Teles já devia ter desistido, na realidade, de a encontrar, **a ilha das sete cidades** volta a surgir na documentação real, referida, agora, como um dos objectivos de Fernão Dulmo. Mas, ao conceder autorização para esta viagem, D. João II já não se mostra, absolutamente, convencido de que as **sete cidades** da lenda tivessem sido construídas numa ilha, pois admite que o navegador as fosse encontrar, com mais segurança, em um desconhecido continente, «em terra firme» (Albuquerque, 1979).

O texto de **Pedro Homem** seria, com fundamento nestes elementos, não muito posterior a 1486.

[Fym, v.4] **bem sey de Fernam Seram**

O cap. LXXXVI da *Crónica de Dom João II*, Garcia de Resende relata-nos o episódio *Do que el Rey disse a Fernam Serram*: «A Primeira vez quando el Rey entrou na Cidade de Lisboa, foy hũa muyto grande entrada, e solennissimo recebimento de grandissimas festas, e muytos e grandes gastos e despesas, couza que foi nomeada por grande, e ouue ahy homens que gastaram muyto, e hum Fernam Serram caualleiro cidadam de Lisboa, homem honrado, vendeo duas quintas, e gastou tudo em atauios e vestidos, antre os quaes fez hun gibam bordado de pedras, e pedraria que valia muyto. El Rey porque fora demasia pe-soulhe, e teuelho a mao recado, e por não parecer a alguem que elle favorecia

e folgaua dos homens lançarem o seu a longe, hum dia a mesa lhe disse perante todos: Fernão Serram, quantas quintas fazem um gibam: que não deixava passar cousa malfeita sem reprensam,ou castigo» (Resende, *Crónica*, 129)

D. João II esteve em Lisboa pela primeira vez, de acordo com os seus itinerários, no ano de 1486 do mês de Julho em diante. É a partir de 7 de Julho saindo de Santarém «que pode localizar-se a partida da Corte para Lisboa, onde parece ter chegado ao redor de 10 de Julho» (*Itinerários de D. João II...J.Veríssimo Serrão*, 1993: 214). Portanto, o texto não deve estar muito dissociado, quer desta visita de D. João II a Lisboa em Julho de 1486, quer do episódio de Fernão Teles quanto ao problema da descoberta da **ilha das sete cidades**, também datável do mesmo ano 1486 .

c) **Texto 171: 1482?, mas antes de 1490/1491-** *Cantiga de Pedro Homem, quando casou Dona Branca Coutinha*. D. Martinho da Silveira refere-se também a este casamento (C. G., I: 160) que transtornou a corte, e este poeta possui apenas duas composições, uma o poema citado, relativo ao matrimónio de D. Branca, e outra enviada de Arzila: *De Dom Martinho da Silveira, estando em Arzila, a Simão Correa, em reposta doutras que lhe mandou d'Alcacer*. Arzila foi tomada a 24 de Agosto de 1471 com D. Afonso V e o futuro D. João II. Por seu lado, deve ser D. Branca Coutinha, a D. Branca que participa numa composição *Do Coudel-Moor Francisco da Silveira em que lhe pede que lhe respondam a esta cantiga* (C. G.: I, 608). Francisco da Silveira era coudel-moor em 1482 (*Itinerários de D. João II*, 63). Também o Prior de Santa Cruz se dedica a este acontecimento, colocando-se no lugar de D. Afonso que perdeu a sua amada.: *Do Prior de Santa Cruz polo Príncipe Dom Afonso, quando casou Dona Branca com quem ela andava d'amores* (C. G., III, 610), portanto antes de 1490 (casamento do príncipe) ou 1491 (morte do príncipe).

d) **Texto 172: 1488-** *De Pedro Homem, estando fora da corte, a Dom Joam Manuel que estava com el-rei em Almeirim*. A corte de D. João II está várias vezes em Almeirim. A consulta dos *Itinerários de D. João II*, determina que nos anos de 1482, 1483, 1484 e 1488, a corte passou alguns meses em Almeirim. A composição de **Pedro Homem** reporta-se a João Falcão:

Ca por nam saber se vam,
nam sei se vivo,
e tambem de Jam Falcam
se é ja cativo.

No texto contíguo que transcreve a *Reposta de D. Joham Manuel*, além das notícias respeitantes ao Rei, ao Príncipe e ao Duque, o poeta «responde» a propósito de João Falcão:

No feito de Joam Falcam
ainda s'agora sonha,
taforeas, capitam,
Duarte galvam Bergonha.
A corte aqui se manea
neste prado, mas logo benaventa
Abril passado

A corte em Novembro de 1482 parte para Santarém e a 8 de Novembro, encontra-se em Almeirim (*Itinerários de D. João II*, 77; Mendonça, 1991). Em Dezembro do mesmo ano de 1482, encontra-se também em Almeirim. Em 1483 aí regressa e há documentos datados de Almeirim em 1484.

Encontram-se novos registos de Almeirim em Abril de 1488 durante a Páscoa (*Itinerários de D. João II*, 283-287). É, nesta altura, que foi decidido enviar a França, como emissário régio, o secretário Duarte Galvão. No dia 7 «...e depois de sobre o dito caso ter conselho, mandou logo por embayxador Duarte Galvão do seu conselho com cartas ao Emperador, e a el Rey de França(...)» (Resende, *Crónica*, Cap. LXXII: 106; Pina, *Cronica*, cap. xxxii: 83).

A 30 de Abril de 1488 parte a corte para Almada. O trajecto da Corte segue a estrada ribeirinha de Muge, Benavente, Samora Correia, Alcochete e Almada. Estava D. João II em Benavente, a 16 de Maio de 1488 (*Itinerários de D. João II*, 286-287). «Neste anno de oitenta e oito, estando el Rey em Benavente...» (G. de Resende, *Crónica*, cap. LXXV, 109).

Não só a referência a Duarte Galvão, a Benavente e a «Abril passado», mas também a alusão a João Falcão, colocam este texto em 1488 e depois do mês de Abril. João Falcão é um navegador «que havia sido capitão-mor de uma pequena armada enviada em 1488 a Mamora» (Freire, 1908: 341), na costa atlântica de Marrocos.

João Falcão também poetou, e «d'elle existem umas trovas zombando da grande carapuça de velludo que Lopo de Sousa trouxera de Castella no verão de 1496» (Freire, 1908, 341). G.de Resende fala também de uma «merce que el Rey fez a Ioam Falcam» (Resende, *Crónica*, 249).

e) *Texto 173: 1488? / 1496?- Pedro Homem a Don Gonçalo Coutinho.* Participa na composição *De Dom Joam Manuel a Lopo de Sousa, aio do duque, vindo de Castella no veram com ãa grande carapuça de veludo, que os castelhanos chamam gangorra* (C. G., III, 596), juntamente com D. Joam Manuel, Pedro Homem, João Falcão. Braamcamp Freire (1908, 341) data este texto de 1496. Don Gonçalo Coutinho participa ainda na longa composição *De Pero de Sousa Ribeiro a estes casados abaixo nomeados, que andavam d'amores e partia-se el-rei com a rainha pera Almeirim.* No mesmo

texto, o poeta dirige-se também a Dom Martim de Castel Branco, Conde de Vila Nova. Don Martinho veador da fazenda, duque depois foy Conde De Villa Nova, também participou nas Justas em 1490 e é «homem de muyta confiança» do rei, citado várias vezes por G.de Resende. Deve ser o mesmo Don Martinho que aparece associado a Don Gonçalo Coutinho no poema de **Pedro Homem**. Esta partida da corte para Almeirim corresponderá à do ano 1488, como o da composição de **Pedro Homem** a D. Joam Manuel? Há ainda notícias em 1498 de D. Gonçalo Coutinho que acompanha o rei D. Manuel a Castela, juntamente com Don Martinho de Castelo Branco e D. Joam Manuel. **Pedro Homem** já não participa nesta viagem, porque tinha falecido pouco antes.

f) *Texto 174: 1490? -Breve que fez Pedro Homem a ùus momos*. Embora seja difícil datar com garantia um «breve» deste tipo, não é despropositado associar este poema de **Pedro Homem** ao episódio descrito por Garcia de Resende *Dos ricos momos que el Rey fez na sala da madeyra, pera desafiar a justa*. Este espectáculo precede as festividades em honra do príncipe D. Afonso pelo seu casamento com D. Isabel. **Pedro Homem** participa nas Justas que começaram na quinta-feira de Dezembro de 1490 e os momos tinham-se exibido na terça-feira anterior, «na sala da madeyra muyto excelentes e singulares momos reaes, tantos, tão ricos, e galantes, com tanta nouidade, e diferenças de antremeses, que creio que nunca outros taes forão vistos» (*Crónica de D. João II*, cap. CXXVII, 178-180).

Quanto a estes textos individuais, **Pedro Homem** nunca é identificado como estribeiro-mor do rei D. Manuel, o que pode fazer pensar que toda esta produção poética corresponde ao período em que estava ainda integrado na corte de D. João II. As datas conjecturadas para estes textos, como vimos acima, não contradizem esta hipótese. A documentação joanina observada refere **Pedro Homem** em 1482 e 1486. Os textos podem ser situados entre os anos 80 e os anos 90. Só em 1492, D. Manuel assinala **Pedro Homem** como seu estribeiro-mor, o que significa que, tal como D. Joam Manuel, o poeta já tinha estas funções antes da subida ao trono do duque de Beja, ocorrida em 1495.

Quanto às composições em que participa colectivamente apenas no texto, *De Pedr'Homem, estribeiro-mor d'el-rei* (C. G., III,577), encontramos a atribuição de estribeiro-mor, pela primeira vez, portanto texto já posterior a 1492. Neste caso, não participa D. Joam Manuel.

As trovas colectivas em que tomam parte **Pedro Homem** e D. Joam Manuel são ainda dignas de observação cuidada pela contiguidade dos dois cortesãos que se manifesta com frequência:

a) **Texto 568: De Nuno Pereira a ùa dama que servia, Nam quisera ser nacido**

Pedr'Homem / Dom Joam Manuel

b) **Texto 575: De Dom Joam Manuel Camareiro-moor, Desejo muito saber**

Dom Joam Manuel / Pedr'Homem

c) **Texto 577: De Pedr'Homem, estribeiro-moor d'el-rei, D'hoje avante quem quiser** [Dom Joam Manuel não participa]

d) **Texto 588: Dom Joam Manuel a ùas pancadas que deu ù tipre a u tenor e abade, em paga doutras que lhe ja dera, endereçadas ao Duque Dom Diogo, Ùa musica, senhor**

Dom Joam Manuel / Pedr'Homem

e) **Texto 595: De Dom Joam de Meneses, em nome das damas, ao Conde de Vila Nova e a Anrique Correa, que fizeram carapuças de solia, Nam sei mal que nam mereça**

De Pedr'Homem a Anrique Correa / Dom Joam a ambos / O camareiro-moor / Sua por Briatriz d'Azevedo

f) **Texto 596: De Dom Joam Manuel a Lopo de Sousa, aio do duque, vindo de Castela no veram com ùa grande carapuça de veludo, que os castelhanos chamam gangorra, Dessa gangorra faria**

Dom Joam Manuel / Outra sua / Pedr'Homem / Outra sua

g) **Texto 597: De Dom Antonio de Valhasco, estando el-rei Nosso Senhor em Çaragoça, a ùas ceroilas de chamalote que fez Manuel de Noronha, filho do Capitam da Ilha da Madeira, Que se pierda la memorea**

O Camareiro-moor
[Pedro Homem não participa]

h) **Texto 608: Do coudel-moor Francisco da Silveira em que pede que lhe respondam a esta cantiga, Faz-se muito recear**

Pedr'Homem

[Dom Joam Manuel não participa]

i) *Texto 610: Do Prior de Santa Cruz polo principe Dom Afonso, quando casou Dona Branca, com quem ele andava d'amores, Lhoran mis ojos*

Dom Joam, camareiro-mor / Outra sua / De Pedr'Homem
/ Outra sua

j) *Texto 614: A vinte e nove dias de Dezembro de mil e quatrocentos e noventa, fez el-rei Dom Joam, em Evora, úas justas reaes..., Estes liam de maneira*

Aventureiros

O Duque levava o deos Saturno e dizia

[...]

Dom Joam Manuel levava o Sol e dizia

[...]

Pedr'Homem trazia Venus e dizia

São de assinalar ainda dois textos em que intervém um estribeiro-mor, mas não parece tão segura a atribuição a **Pedro Homem**. Atente-se, no entanto, que nestes dois poemas, de atribuição complexa, D. Joam Manuel não participa em nenhum deles. Em nove textos com intervenção de **Pedro Homem**, só em dois casos (C.G., III, 577 e 608) é que D. Joam Manuel não toma parte. No que diz respeito, pelo contrário, aos textos com participação de D. Joam Manuel sem que **Pedro Homem** intervenha, um deles encontrar-se-ia justificado, porque pode relacionar-se com a viagem real a Zaragoza em 1498 com a participação de D. Joam Manuel (C.G. III: 597) e, de acordo com as duas cartas apresentadas de D. Manuel a propósito da renda e da tença aos filhos de **Pedro Homem**, o seu estribeiro-mor era já falecido nesta altura. A notícia confirmar-se-á com a descrição de G. de Resende em que o estribeiro-mor já não é nomeado nos «senhores, e pessoas muy principaes» que vão a Castela (*Crónica*, 298-299). O outro texto (C.G., III: 576) que precede imediatamente o primeiro em que **Pedro Homem** tem explícita a sua função de estribeiro-mor, é uma composição de *Pero de Sousa Ribeiro aa Senhora Dona Maria de Meneses, estando para casar*, em que colaboram, igualmente, o Camareiro-moor e o Prior do Crato, D. Diogo de Almeida. Se esta Dona Maria de Meneses é a mesma pessoa que foi mulher de **Pedro Homem**, filha de Ruy Gomes da Silva, seria legítimo conjecturar que **Pedro Homem** não participasse nestas trovas (*Bibliotheca Lusitana...*, III: 584-585).

A posição decorrente dos textos colectivos não permite alterar significativamente a cronologia que se podia inferir dos textos individuais. Como a maior

parte dos textos de **Pedro Homem** estão associados a D. Joam Manuel, e conhecendo as datas da morte, quer do camareiro-mor, quer do estribeiro-mor do Rei, é de crer que a produção poética de **Pedro Homem** não ultrapasse em muito uma larga dezena de anos.

4. Mas, permitem estes elementos associar um poeta do *Cancioneiro Geral*, cortesão e fidalgo, talvez mesmo pajem de poeta, «morador», com certeza, em Évora, ao proprietário do *Cancioneiro da Ajuda*, na segunda metade do século xv?

Com esta inquietante pergunta, a leitura da produção poética de **Pedro Homem** não deixa também de suscitar perturbantes e, de algum modo, surpreendentes respostas. Primeiramente, a cronologia dos poemas, porque os textos datáveis adequam-se, globalmente, às datas da documentação joanina e às datas conhecidas da biografia de D. Joam Manuel, seu interlocutor privilegiado.

Todavia, além desta concordância cronológica (finais do século xv), em uma das composições, a primeira que abre o seu ciclo de poeta como autor individual, endereçada justamente a D. Joam Manuel, há uma curiosa súplica cultural, ou melhor, uma licença poética, não aos modelos literários e inspiradores do século xv, mas ao próprio rei D. Denis, texto que, como vimos, se pode datar à volta de 1486 (C.G. I, 170):

DE PEDR’HOMEM A DOM JOAM MANUEL

I

Pois reposta nam s’escusa	1
à que me trouxe Luis	2
invoco El-Rei Dom Denis	3
da licença d’Arretusa	4
Em seu nome mui tratado	5
haveraa tam cedo fim	6
que se crea ser em mim	7
seu escrito dobrado.	8
.....	
.....	

II

Luis de Santa Maria	9
chegou em hora tam forte	10
que lhe ocupou a morte	11
sua pousentadoria.	12
Nam pude dele fruir	13
soamente novas de vós,	14
dizem qu’ee longe de nós	15
olhos que o viram ir.	16
.....	
.....	

III

Leixou a vila tam rasa	17
o medo desta conquista,	18
que todos perdem de vista	19
a mais derradeira casa.	20
A minha nam se derrama	21
nem pode, inda que queira,	22
porque tenho a companheira	23
como nunca tereis dama.	24
.	
.	

IV

Mas como convalecer	25
a desora partirei,	26
para onde, nam no sei,	27
nem se deve de saber.	28
Per'aa corte nam seraa	29
a poder de minha tença,	30
porque nunca como laa	31
do que me vem de Valença.	32
.	
.	

V

De mim nam sei mais que diga,	33
doutros muitos direi eu,	34
se viesse jubileu	35
que segurasse fadiga.	36
Pero pois o i nam ha,	37
socorrer e leixar far,	38
mas dá-se tanto a vagar	39
que nam sei quanto será.	40
.	
.	

IV

A fama da devinal	41
ia caminho da Beira	42
e torceo desd'a Guerreira	43
por me dar nova de mal	44
Disse-me mais a malina,	45
depois dos segredos mores	46
que todos mantedores	47
vos leixaram Faustina	48
.	
.	

Fim

Cousas que nam vam nem vam	49
escuso por vaidades,	50
bem sei das Sete Cidades,	51
bem sei de Fernam Seram.	52
E sei que des que vos vi	53
nam tomei nenhũu prazer	54
e mais sei quando naci,	55
nam sei quand'hei-de morrer.	56
.	
.	(C.G.: I, 170, 474-476).

Este texto e, em particular, o meritório pedido de protecção ao rei trovador **Inuoco el rrey dom denis /da licença da rrethusa** não tem sido objecto de muito reparo. Encontrei estes versos, por mero acaso ao folhear por outro motivo, a *História da Literatura Portuguesa* de Aubrey F. G. Bell (1971: 130). O especialista britânico, bem conhecido pela sua extensa obra sobre as literaturas portuguesas e espanhola, no capítulo dedicado ao *Cancioneiro Geral* e aos seus poetas, afirma: «Muitos escreviam em castelhano, e a influência espanhola sente-se a cada passo: influência de João de Mena, de Gomes e Jorge Manrique, de Rodríguez de la Cámara, de Macias, de Santillana. Este último, ao invés de Macias [...] nunca é citado; e todavia sente-se a sua influência constante. Pelo contrário, ninguém imita D. Dinis, embora Pedro Homem nos surpreenda, citando-o uma vez como poeta». J.Ruggieri (1931, 129) sem indicar o nome do poeta fala também de «una sola volta ci offre un accenno a D. Dionisio».

Uma verificação em C.Michaëlis (1904: 111-134) dá conta da relação de autores que tiveram conhecimento da obra poética de D. Denis.

Sua fonte mais antiga e originária de todas as outras notícias subsequentes é o eborense Duarte Nunes de Leão (1530?-1608). O humanista contemporâneo de Resende, que se ocupou de obras jurídicas, linguísticas e históricas, pronuncia-se, citando o Cancioneiro do monarca não só na sua *Chronica dos Reys de Portugal* «...quasi o primeiro que na lingua portugueza sabemos escreveo versos, o que elle e os d'aquelle tempo começaram a fazer á imitação dos Arvernos et Provenças», como em dois outros textos: um de crítica histórica e outro de *Genealogia verdadera de los Reys de Portugal*, notícias que começaram a ser conhecidas nos finais do século XVI, mas sobretudo no século XVII. Todas as outras citações explícitas a D. Denis inscrevem-se em Severim de Faria um outro eborense, Pedro de Maria, Frei Bernardo de Brito, P^e, António de Vasconcellos, Manoel de Faria e Sousa, Frei Francisco Brandão, A. Caetano de Sousa, D. Barbosa Machado, etc., e outras figuras, mais ou menos relevan-

De pedromem.

Folha LIX

De pedromem a dō
joammanuel.

Pois rreposta nã seculsa
ha que me troure luis
inuoco ei rrey dom denis
da licença da rrefusa.
em seu nome muy tratado
auecraa tam cedo fym
que se crea ser em mym
o seu escrito dobrado.

Ays de santa maria
chegou em ora tam forte
que lhe ocupou a morte
sua poufentabaria.
nam pude dele fruir
soo mente nouas de vos
dizem quee longe de nos
olhos queo vyram hyr

Leyrou a vila tam rrasa
o medo desta conquista
que todos perdem de vista
a mais derradeta casa.
aminha nam se derrama
nem pode hinda que queira
po: que tenho a companheira
como nũca tereis daina.

Cadas como com valeger
a de fora partirey
para onde nam no sey
nem se deue de saber.
peraa corte nam scraa
e poder de minha tenca
por que nunca como lãa
do que me vem de valença.

De mym nã sey mais q̄ digua
doutros muytos direy eu
se viesse jubilen
que segurasse fadigua.
pero pois o hy nam ha
focozrer z leytrar far
mas dasse tanto auaguar
que nam sey quando sera

A famosa de uinal
hya caminho dabeyra
z torço de da guerreryra
por me dar noua de mal,
dyffe me mays a malina
depoys dos segredos mozes
que todos los mantedores
v^o leytraram faustina.

Cfym:

Cousas q̄ nam v̄ẽ nem v̄ã
etuso por: vaydades
bem sey das scite ydades
bem sey de fernam seram.
z sey que de que v^o vy
nam toimey nenhũ p̄azer
z mays sey quando nacy
nam sey quando de moirer

Cantigua de pedroomẽ
quãoo calon a senhora do
na branca continha.

Poys a todos se cafaes
o viuer seraa tam caro
lembreuos o desemparo
senhora que nos leytraes.

Leyraynos toda trefutura.
leuayn^o toda alegria
ditosa foy a ventura
de quem vy o a sepultura
p̄lineyro que tam maodia.
pera que viuem^o mays
poys moirer n^o esta craro
viuendo no desemparo
senhora que n^o leytraes.

CSua.

Tristes de nos que farem^o
vossa merce que faraa
com quem n^o consollarem^o
ou quem nos consollaraa.
ho morte por: que tardays
vym dallynha ser em paro
de quem ve o desemparo
senhora que n^o leytraes.

De pedroomẽ estando fo/
ra da corte: a dom joam ma/
nuel que estaua com el rrey
em almeyrin.

Sem tocar o so diaco
sem tocar musas nem fadas
sem tocar venus nem baco
sem fazer outras leuadas.
v^o começo de peoir
da corte nouas
se nam moirerocs de rryt
de minhas trouas.

E sam de nosso senhor
as que primeyro queria
z nam ja do salnador
se nam as do rregeoor
da sua canalaria
z de soutro souerano
venham todas
z se lhe fazem^o vodas
antes dano.

a conquista dũtra mar
me scruessy mos alem
por: quen se deste escapar
nam espero de parar
menos de jerusalem.
ca por: nam saber se vam
nam sey se viuo
z tam bem de jam falcam
se he ja catino.

Dalmeyoas hẽ dalmeyi
tafozeas coirger
nam quero nouas saber
nem que as saybam de mym.
na cruzada folguarey
falar o conto
z se a tomou el rrey
que he gram ponto

Da corte saber queria
para onde faz mudança
z se fycou da badia
se nam a vaã esperança

De pedroomem.

¶ tambem sen^o dam casa
por janeyro
dayme la fygua o porteyro
cordebrasa.

¶ Sim.

¶ Das damas certa nouda
me manday tam bem senhor
z se a goza laa donzella
que queyra saltar janelã
coma de sonto mayor.
pozem o que ca emtendo
la secre
senhor em vossa merce
mencomendo.

¶ Resposta de dom jobam
manuel.

¶ Co desuyro que tomastes
agerca da poesia
grandemem te mensynastes
o que me muyro compzia.
deyroa poys a derey
de mym partir
z digno as nouas que sey
ora ouuyr.

¶ Do duque folgny saber
que he bẽ sam a ds lououros
z tem deyrados amores
que antes soya ter.
mas que deyrrou nam creas
gualanraria
antes nele crege mayz
cada dia.

¶ Esta tam bem de saude
o pinçepe excelente
com quem crege juntamente
muyta emfynda vertude.
nom quer ter nẽ ver porteyro
he muy seluido

z se nam fosse momteyro
teria tudo.

¶ Do casamento dizer
nam ouço o que scraa
mas sey que outras vodas ca
primeyro elle a de fazer.
segundo ho mundo çoçobia
eu me fundo
quee sandeu queẽ senã logra
deste mundo.

¶ A cruzada tem tomada
rrey z pinçepe tam bem
z he noua leuantada
quy mos no veram que vem.
mill coufas mando fazer
de preto z branco
z aqui neste barrango
ey de moirer

¶ Esta mesma acupaçam
a muyros vejo trazer
os quaes creio que faram
de sua perda a meu ver
espero os naquede dia
neste laço
que graça pozem scria
leu la jaço.

¶ Ao scyto de joam falcara
aynda sagoza lonha
raforeas capitam
duarte galuam bergonha?
a corte aqy se manca
neste prado
mas logno benauenta
abrill passado.

¶ Jelanaram damas todas
caa tres dias sem comer
mas vos nam podereys crer
tal rrayua de fazer vodas.
z tam bem nam se lançaram
soo huũ ora
mas aynda nam casaram
ateç guoia.

¶ Sim.

¶ Saabadia me fycon
afadigna que tomey
z se çenteo lency
a cruzada mechofrou.
polas nouas que v^o mando
mandareys
certificarme de quando
vos vireys.

¶ Pedroomem a dom gon/
çalo coutinho.

Soube el rrey neste caminho
que se dyz qua polas rruas
candays vos z do martinho
dous com duas.

¶ O dyabo nam achara
tall agudoza damores
nẽ manha com que pinçara
tam rrijo comperidores
Desuiar deste caminho
que casse dyz polas rruas
que hãa rry de do martinho
z de vos duass.

¶ Biene que fez pedroomẽ
a huũs momos.

¶ Ziuen^o desesperados
fazem n^o mill deffauores
cregem n^o nossos amores
dobranse nossos cuydados
Sã n^o muy boõs os scraõs
para ver z desfeiar
z momos para tomar
hynda que lhes pes as mãos
com que n^o ham de matar

tes, do seiscentismo português, não fazem mais do que reproduzir, como já o notou C. Michaëlis (1904, 117): «mas todos repetem apenas, na parte relativa a D. Denis [...] as afirmações do que primeiramente enalteceu [...] os meritos do rei trovador [Duarte Nunes de Leão]».

Quanto aos escritores, recorda Sá de Miranda (1481/85?-1558), que se refere a D. Denis, sem o citar como poeta na *Carta VI* endereçada a D. Fernando de Meneses, vv.61-66. Igualmente Camões (*Os Lusíadas*, III: 17) não o invoca como poeta, mas alude à sua protecção às ciências e às artes. Finalmente, é só com António Ferreira (1528-1569) que, de facto, encontramos D. Denis como aquele que «honrou as musas, poetou e leu», referido na *Carta X*. O conhecimento de D. Denis e da cultura medieval encontra-se bem sintetizado no artigo «Dom Denis» de E. Gonçalves (1993) no *Dicionário de Literatura Medieval* e em alguns outros estudos como os Deyermond (1983), Beltrán (1984), ou mesmo em Earle (1990) que ao rei trovador faz referência a propósito de António Ferreira. Estas menções ao rei são, no entanto, cronologicamente posteriores à invocação do poeta **Pedro Homem** do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende.

C. Michaëlis não o indica portanto, no seu elenco de autores que se referem a D. Denis, mas como recorda I. Castro na edição portuguesa do *Cancioneiro da Ajuda* a propósito do *Índice Alfabético Remissivo*: «D. Carolina conhecia praticamente tudo o que havia para conhecer da literatura medieval portuguesa e interpretou, ou intuiu, bem quase tudo [...]. Resulta daqui uma ameaça letal e permanente: quem julgar ter feito uma descoberta, ou achado uma explicação, não deverá ficar descansado sem percorrer primeiro, e de lupa todos os escritos de D. Carolina [...]. [...] a única protecção eficaz contra desgostos de primazia frustrada» (1990: p.).

De facto, no *Índice alfabético remissivo*, acompanhado de algumas notas adicionais sob a entrada *Denis (D.) rei de Portugal* (I: 962), C. Michaëlis indica com um * [nota adicional] o seguinte:

*Um poeta do Cancioneiro Geral de Resende parece não ter ignorado o talento lírico do monarca, pois invoca *el rei Don Denis, da licença d'Aretusa* (Pedro Homem, numa carta a D. João Manuel, vol. I, p. 460), conforme já deixei dito na minha *Hist. da Lit. Port.*, p. 264.

A sua *Hist. da Lit. Port.* corresponde ao seu trabalho «Geschichte der Portugiesischer Litteratur» no *Grundriss der rom. Philologie*, II, Band., 2 Abteilung, Strassburg, Karl J. Trübner, 1897. Sem mencionar o nome do poeta e sem comentário desenvolvido refere-se à «alta importância destes versos», no capítulo *Das Allgemeine Liederbuch* (1448-1516) na nota 3:

Nachweisen kann ich das hier nicht. Ich erwähne nur, als Nachtrag zu (...), dass ein Dichter des *Canc. de Res.* Sogar König Dionysius zitiert (was hochwichtig ist). S.I 460: *invoco el rey D. Denis da licença d'Aretusa!*

Como curiosidade convém acrescentar, ainda, que a filóloga tinha lido, no fólio, onde se encontra a assinatura de **Pedro Homem**, «de tinta muito desva-necida o nome P. Gomes dasinhaga» na breve conclusão do parágrafo dedica-do às notas marginais (II: 178).

5. Além da importantíssima invocação a D. Denis, é significativo assina-lar que neste século, tanto quanto julgo saber, estamos perante o primeiro au-tor português que menciona o rei trovador, **antes de 1498**, pelo menos, ou mes-mo em **1486**, se aceitarmos a datação conjecturada para o texto onde comparece a invocação. Bem conhecido é apenas o *Prohemio e Carta* (1446/1449) que o Marquês de Santillana endereçou «Al yllustre señor don Pedro, muy magní-fico Condestable de Portugal, el Marqués de Santillana Conde del Real..., salud, paz e devida recomendación», acompanhado de «este pequeño volumen vos enbío» e com a alusão ao rei D. Denis com o «grand volumen de cantigas se-rranas e dezires portugueses e gallegos», em que a «mayor parte era del Rey don Donis de Portugal» (Gómez Moreno-Kerkhof, 1988: 437-454; Gómez Moreno, 1990; Langbehn, 1997: 11-29). Não se sabe exactamente que tipo de volume terá enviado o Marquês de Santillana ao Condestável, mas no elenco da sua Biblioteca costuma ser apontada a obra inscrita no número **86. Item al-tre libre de forma de full, scrit en pergami, post cubertes de cuyro em-premptades, ab quatre gaffets, quatre scudets tots dargent, intitulat en la cuberta, el marques de Sanctillana, es tot rimades, e feneix en la penultima carta e muy fertiles riberas** (Balaguer y Merino, 1881: 32), que correspon-deria ao exemplar a que faz referência no *Prohemio*.

Desnecessário é recordar que Iñigo López, filho e neto de poeta, homem da sua época, era o claro representante dos procedimentos e inclinações da alta nobreza que, neste momento, começou a ler, traduzir a coleccionar livros e a tomar parte com participação intensa, no exercício da literatura. Nobres não apenas protecto-res das letras, mas também poetas, especialmente inventivos, sobretudo devido à «excelência e prerrogativa de los rimos e metros», como aconselhava o Marquês ao jovem Condestável (*Prohemio*, [IV]). Um universo de leituras, a «bibliotheca de moral cantar» (*Defunción de Don Enrique de Villena*, III: 5), bem presente mesmo no *Prohemio* com um estilo bem elaborado, com vários cultismos, uma obra fun-damentalmente retórica, uma história do desenvolvimento da poesia medieval eu-ropeia. Esta atmosfera envolvida por Dante, os recursos à erudição clássica, não o impede de ser o último poeta castelhano a escrever uma composição em galego,

Por amar non saybamente (Gómez Moreno-Kerkhof, 1988: 18), antes do desaparecimento do galego-português como língua literária, além de recordar Macias, o Namorado. O Marquês de Santillana teve, além do precioso contacto com o Condestável D. Pedro, ligações literárias com a corte portuguesa. Recordem-se as *Coplas al muy exçellente e muy virtuoso señor Don Alfonso, Rey de Portugal* (1447), escrito quando D. Afonso atingiu a maioridade e assumiu o poder. Consta de um elogio, de alusões ao modelo da lei divina pela qual ele deve orientar-se e algumas *desiderata*, não muito diversas das qualidades presentes nos *Proverbios*. E refira-se também a *Canción a la Reina Doña Isabel de Portugal*, segunda mulher do rei D. João II de Castela, *Dios vos faga virtuos, / Reina bien aventurada, / quanto vos fizo fermosa* (Gómez Moreno-Kerkhof, 1988: 22, 268-270).

A este meio com a exaltação das cópias e das traduções, a este interesse crescente pelo grande movimento que ressuscita o culto das línguas e literaturas greco-latinas não era, por certo, alheia a corte portuguesa. A «Incllyta geração, altos Iffantes» (*Os Lusíadas*, iv: 50) lá está para o provar concludentemente. É neste meio que, bastante jovem, o Condestável D. Pedro (1429-1466), filho do Conde D. Pedro vai formar-se como uma das personalidades de maior proeminência na cultura do país, não só no empenho político, diplomático, mas sobretudo na diligência cultural. A sua longa permanência em Castela, o seu profundo conhecimento dos meios culturais, só podem ter favorecido maior esmero na aquisição e na propagação das novas leituras, dos novos modelos, das novas técnicas literárias. A sua língua literária só poderia ser o castelhano e é impregnado deste ambiente linguístico-cultural inovador que o Condestável regressa a Portugal. A corte portuguesa não pode ter deixado de beneficiar desta experiência literária consistente. O Condestável tinha escrito inicialmente em português, mas é em castelhano que vamos conhecer a *Satira de Infelice e Felice Vida*, anterior a 1453, provavelmente entre Maio de 1449 e Junho de 1453, dedicada a sua irmã, rainha de Portugal. *As Coplas del menesprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo*, escritas também em castelhano, entre meados de 1453 e finais de 1455, muito provavelmente ainda em 1454 e dedicadas ao rei de Portugal, seu primo e cunhado. *A Tragedia de la Insigne Reina Doña Isabel*, escrita também em castelhano, mas já após o regresso do autor a Portugal, entre o ano de 1456 e a primeira metade de 1457, dedicada a seu irmão D. Jaime (Michaëlis de Vasconcellos, 1922; Fonseca, 1982, x-xxii). Sensibilidade literária já inculcada por seu pai, D. Pedro, infante e duque de Coimbra, detentor de uma capacidade dialéctica que torna patentes os seus contactos, não só com a cultura hispânica, mas também com a restante Europa culta que bem conheceu. É ele que faz vir Mateus Pisano como educador do futuro D. Afonso v, é ele que promove traduções de obras consideradas fundamentais, é ele também autor e co-autor de obras clássicas. É ele também que vai pedir livros de poe-

mas a Juan de Mena no seu louvor ao poeta, datável entre 1440/1448 (C.G., II: 256), solicitação que vai servir de modelo a seu filho quando se endereçará ao Marquês de Santillana, pedindo-lhe, de igual modo, as obras:

Nom vos será gram louvor
por serdes de mim louvado,

[...]

Sabedor e bem falante,
gracioso em dizer,

[...]

D'Amor trovador sentido
com'a quem seu mal sentio

[...]

Por todo este sam contente
das vossas obras que vejo
e as nam vistas desejo,
fazê-me delas presente.

A *Reposta* subsequente de Juan de Mena que provocará ainda uma *Reprica do Ifante*, é endereçada a D. Pedro como regente do reino, manifestando um tom encomiástico, característico do género:

[...]

de lealtad y d'amor
tam gran fruto havés mostrado
que a vuestro gram honor
dos reys y ùu senhor
son y es muy obrigado.

[...]

Ante morcs y juáios
esta gram virtud se cante.
entre todos tres gentios
cantaram los metros míos
vuestra perfeccion delante.

Juan de Mena, o poeta de Córdoba, tinha certamente grande reputação na corte portuguesa. As suas qualidades poéticas levaram-no a ter contactos com as mais diversas personagens da vida social e intelectual do tempo, mas especialmente na corte castelhana de D. João II, onde se instalará como cronista e secretário do rei. É aí que vamos observar os seus contactos com o Marquês de Santillana, apesar da sua diferente trajectória política. Em 1438, Juan de Mena dedica o seu poema *Coronación* ao Marquês de Santillana, em 1455 são os versos de saudação e de divertimento cortesãos. Em 1454, ainda estava na corte,

trocava versos com o Marquês de Santillana, mas como, nesse mesmo ano, morre D. João II, retira-se em breve para Córdova e deve ter falecido em 1456 (Pérez Priego, 1989, IX-xxxv).

Na corte portuguesa, eram conhecidos os habituais temas e géneros da poesia cortesã - canções e «decires» amorosos com o uso do *ornatus facilis*, e com a *amplificatio rerum*, coplas políticas e de circunstância, perguntas e *repostas*, versos satíricos, mas também as suas obras maiores, os dois extensos poemas narrativos (*Coronación do Marquês e o Laberinto de Fortuna*) e o poema alegórico (*Coplas de los pecados mortales*).

Impregnado de todo este saber, o Condestável regressa a uma corte portuguesa que se assume cada vez mais como ponto de convergência cultural, um pouco como nas cortes régias e senhoriais do século XIII e meados do século XIV. A influência castelhana não apenas como modelo, mas sobretudo, como língua que traduz as novas ideias, as novas emoções e os novos livros.

Não ficará o Condestável muito tempo na corte. Em 1463, acompanha D. Afonso V na expedição a Marrocos e daí segue para a Catalunha, onde será rei de 1464, rei de Aragão, Sicília, Valença, Maiorca, Sardenha e Córsega, até à sua morte, em 1466.

É, neste momento, e a esta figura distinta da família real e da cultura portuguesa dos meados do século XV e da vida peninsular de então –protótipo do político, mas sobretudo do homem culto do ambiente cortesão–, que vai estar ligado, como já vimos, um jovem **Pedro Homem** em 1465 (Real Patrimonio-Mestre Racional, 2490, f.138 r do Arquivo da Coroa de Aragão).

6. Se **Pedro Homem**, poeta do *Cancioneiro Geral*, foi pajem do Condestável D. Pedro, rei da Catalunha, ainda que jovem, não poderia ter estado alheio, nem à produção poética do próprio D. Pedro, nem aos seus autores favoritos, nem às suas relações culturais. Não desconheceria os diferentes cancioneiros que circulavam por certo, nem ignoraria talvez a *Carta-Prohemio* endereçada, anos antes, ao seu senhor, texto que não é, como se sabe, mais do que um conhecimento da história da literatura medieval e da história da teoria estética da época. Em um dos seus textos poéticos, a título exemplificativo, **Pedro Homem** tem como fonte D. García Álvarez de Toledo, poeta da geração 1431-1445, o que documenta também o seu acesso a estes autores (Beltrán, 1988; Dias, 1978)

Peroo cantou o tenor
 depois do Aque d’El-Rei,
nunca foi pena maior,
 que saber mão de cantor,
 pois a mão do quanto sei.

(C.G., III, 588, p.206, 20-24)

Na corte de D. João II, não ignoraria a presença de preceptores humanistas. Já para D. Afonso V, o Infante D. Pedro tinha mandado vir o italiano Mateus Pisano e D. João II faz vir Cataldo Sículo. O trato íntimo com o colação do duque D. Manuel, D. Joam Manuel, homem erudito, é mais uma prova de proximidade e, por certo, de influência de um dos poetas que mais faculdades demonstrou na arte cortesã, como o recordaria, entre outros, Sá de Miranda –*E oh Manoel, que tais tempo lograstes*– na *Carta VI* a D. Fernando de Meneses (Michaëlis de Vasconcellos, 1885).

Pedro Homem encontrava-se neste ambiente e nele participava. Recorde-se o seu breve aos momos, releia-se a sua carta a pedir «novas» da corte em Almeirim e observem-se, de novo, os poemas recebidos da parte de Cataldo Sículo. Mas, o próprio texto em análise endereçado a D. Joam Manuel (C.G., I,170), além da inestimável referência a D. Denis, dá conta dos seus conhecimentos em relação aos modelos que circulavam na época: Dante, Ovídio, Juan de Mena.

1. **da liçença da rretusa** [v.4]- A invocação às musas é frequente (Scudieri, 1931). A célebre ninfa, metamorfoseada em fonte, perto de Siracusa, é retirada da *Divina Comédia* (Vol. I - *Inferno*, xxv, 97) com a célebre *Aretusa*, companheira de Artémis. Esta transformou-a em fonte, para a proteger de Alfeu que, transformado, por sua vez, em rio misturou as suas águas às da ninfa. A «mistura das águas, inspira **Pedro Homem**, na «osmose dos saberes»:

Em seu nome muy tratado
haverá tam cedo fim
que se crea ser em mym
o seu escrito dobrado

Dante também se referia às «due nature»

Taccia di Cadmo e d’Aretusa Ovidio;
ché se quello in serpente e quella in fonte
converte, poetando, io non invidio;
ché due nature mai fronte a fronte
non tramutò, si che amendue le forme
a cambiar lor matera fosser pronte.

Dante, por seu lado, tinha-se inspirado nas *Metamorfoses* (IV, 563, 604 e V, 572, 671) em que Ovídio aludia a

De Cadmo in serpente
De Arethusa in fonte

Também Vergílio, *Eneida*, III, 694-696. Cadmo, filho de Agenor, rei da Fenícia, fundador de Tebas, já velho se transformava em serpente, assim como Aretusa se metamorfoseada em fonte.

Alpheum fama est huc Elidis amnem occultas egisse vias subter mare, qui nunc core, Arethusam, tuo Siculis confunditur undis.

Aretusa vai ser retomada na comédia *Eufrosina* (1555), em que Jorge de Vasconcellos no seu *Prologo* também a apela :

Eu sou dos que requerem Aretusa e comedia no mais maçorral estilo. Eyvos de falar mera lingoagem. Nam cuydeis que he isto tam pouco: que eu tenho em muyto a portuguesa, cuja grauidade, graça laconia, e autorizada pronunciaçam nada deue aa latina, que Vala exalça mais *que* seu imperio (Asensio,195: 7).

Camões também n’*Os Lusíadas* (IV: 72, 8) no episódio bem conhecido do **Sonho de D. Manuel** falará da junção das águas

De ambos de dous a fronte coroadã
Ramos não conhecidos e ervas tinha.
Um deles a presença traz cansada,
Como quem de mais longe ali caminha;
E assí a água, com ímpito alterada,
Parecia que doutra parte vinha,
Bem como Alfeu de Arcádia em Siracusa
vai buscar os abraços de Aretusa.

Camões refere-se aos dois rios, o Ganges e o Indo do subcontinente indiano e associa Alfeu, rio que nasce na Arcádia (Grécia), e a fonte situada em Siracusa. Alfeu amava a Aretusa, ninfa de Diana. É ela que vai transformar os dois amantes em rio e fonte. Já na oitava 69, v.8, Camões se referia ao Indo e ao Ganges dizendo:

Naceram duas claras e altas fonte

na oitava 74, v.1

Das águas se lhe antolha que saíam

e na oitava 74, v.1 e 3

Eu sou o ilustre Ganges, que na terra
Estoutro é o Indo.

2. **olhos que o vyram hyr** [v.16] - As alusões a diversos ciclos de romances participam de um romance anónimo muito conhecido no século XV e que vai surgir também na *Eufrosina*:

que ojos que nos vieron yr
nunca uos veran en Francia

mas trata-se, no caso de **Pedro Homem**, de uma réplica a outro texto de D. Joam Manuel (C.G., I,133, 25 ss.):

Vendo-me perder assi
nunca me quis desviar,
antes me deixei forçar
dos olhos com que vos vi.

Dístico presente também, de modo completo, em Duarte de Brito (C.G., I, 128):

olhos que me viram ir
nunca me veram tornar

e como referência principal, Juan de Mena também tinha desenvolvido *os olhos* como cúmplices do enamoramento, tema já bem presente na poesia trovadoresca (Ruggieri, 1931).

Vuestros ojos que miraron
con tan discreto mirar,
firieron e no dexaron
en mí nada por matar.
Ellos, aún no contentos
de mi persona vençida,
me dan atales tormentos
que atormentan mi vida:
después que me sojuzgaron
con tan discreto mirar
firieron y no dexaron
en mí nada por matar

(*Cancionero de Herberay des Essarts*,
fols. 91 r-91 v; ed. Pérez Priego, texto 2)

3. **a desora partirey** [v. 26] - é também uma réplica a um texto de D. Joam Manuel em uma glosa a uma cantiga de um anónimo, com o tema da partida, para fugir ao amor, motivo bastante frequente nos cancioneiros:

Despedisteme, senhora
 vida mia ado m'iree?
 No biviré sola un'hora,
 cierto es que moriré.

Irme he a terras estranhas,
 ali tal vida haree
 vida com las alimanhas
 tal consuelo me daree.
 Altas bozes bradaree:
 -Do está minha senhora?
 No biviré sola un'hora,
 cierto es que moriree.

D. Joam Manuel remata a sua «grosa» a esta cantiga com:

Fim

Donde está que no la veo?
 muestrame mi matadora,
 ca pues tal vida poseo
no bibiré sola un'hora
 Y a mi triste sentido
 con verla descansaree,
 que pues me ha despedido
cierto es que moriree.

(C.G., I, 141)

Juan de Mena também abordara este tema da partida:

Ya, mi bien, vos remediad,
alegando mi partida
con un sí por despedida
 Remediad mi gran tormento
 e vida muy trabajosa,
 pues Dios vos hizo fermosa
 entre las obras sin cuento;
 y a mí, triste, reparad,
alegando mi partida
con un sí por despedida.

(*Cancionero de Herberay*, ed. Pérez Priego, texto 6)

4. **do que me vem de Valença** [v.32] - ainda que em situação de rima (Valença e tença), seria interessante poder interpretar esta referência a Valença

como elemento biográfico relativo à estadia do pajem **Pedro Homem** na Catalunha com o seu senhor Condestável D. Pedro, rei da Catalunha, Aragão, Valença...

Mas como convaleçer
a desora partirey
para onde nam no ssey
nem se deve de saber.
Pera a corte nam seraa
a poder de minha tença
por que nunca como laa
do que me vem de Valença.

5. **pero pois o hy nam ha** [v.37] - Provavelmente também alusão ao y pitagórico e à conhecida bifurcação entre o *bem* e o *mal* que vai ser citado nas *Trovas sobre os sete pecados mortaes...* de D. Joam Manuel (1499/1500):

Alhi dos caminhos vi
que a principio se juntavam
y despues afeguravam
el pitagorico y.
(C.G., I, 158)

6. **E sey desque v'vy...**[vv.53-56]- Embora estas trovas se aproximem globalmente da «grosa» de D. Joam Manuel à cantiga anónima acima citada, o paralelismo mais significativo com outro autor encontra-se, todavia, na parte final do texto de **Pedro Homem**:

E sey desque v'vy
nam tomey nenhũu prazer
e mays sey quando naçy
nam sey quandey de morrer.

Que é quase uma tradução literal de parte do poema de Juan de Mena:

Desque vos miré
e vos a mí vistas,
nunca m'alegré:
tal pena me distes
que della morré.
Las cuitas e dolores,
con que soy penado,
son males d'amores

que me avéis causado.
Assí que diré,
que mal me fizistes
segund vos miré:
tal pena me distes
que della morré.

(*Cancionero de Herberay*, fol.79v; ed. ,
Pérez Priego, texto 3)

7. Não é excepcional encontrar um poeta português de quatrocentos inspirar-se e imitar Juan de Mena. O poeta cordovês era lido e bem conhecido desde, pelo menos, o tempo do infante D. Pedro, duque de Coimbra e pai do Condestável. Há, como é conhecido, vários poetas que se inspiraram em Mena. Dizia-o encomiasticamente G.de Resende:

Vimos o grão sabedor
dom Anrique de Vilhana
Ioam de Mena o trouador
no cume, e o primor
do Marquez de Santilhana,
que saber, cauallaria
que honra, que fidalguia,
que grandes filhos deixou,
de que casas os herdou,
de que rendas, e valia.

(G. de Resende, *Miscellanea*: 357-358)

A. F. Dias (1978) assinala os poetas Fernão Brandão, João Gomes da Ilha, Fernão da Silveira e o próprio D. Joam Manuel como imitadores de Juan de Mena.

É, pelo contrário, uma aprazível coincidência encontrar no *Cancioneiro da Ajuda* uma nota marginal de comentário, datável do século xv, indiscutivelmente de autoria de alguém versátil em Juan de Mena.

C. Michaëlis, ao lê-la, pensou no Infante D. Pedro devido, com certeza, ao seu poema em louvor de Juan de Mena. Mas, nestas circunstâncias, se o poeta **Pedro Homem** é um indubitável conhecedor e imitador da obra de Mena e é também o possuidor do *Cancioneiro da Ajuda*, pode naturalmente ser ele também o autor da anotação (Michaëlis de Vasconcellos, 1904: 128-129,175; Carter, 1941: 134-135, 186).

e deste aprendeo joam de mena

Para o autor desta nota, que continua a ser visível ainda hoje (f. 62 v, col. c), a fon-



te de Juan de Mena é uma composição do trovador Joan Garcia de Guilhade (A 232):

A bõa dona por que eu trobava,
e que non dava nulha ren por mí,
pero s'ela de mí ren non pagava,
sofrendo coyta sempre a serví;
e ora ja por ela 'nsandecí,
e dá por mí ben quanto x'ante dava.

E, pero x'ela con bon prez estava
e con [tan] bon parecer qual lh'eu vi
e lhi sempre con meu trobar pesava,
trobey eu tant'e tanto a serví
que ia por ela lum' e sen perdí,
e anda-x'ela por qual x'ant'andava:
Por de bon prez, e muyto se prezava,
e dereyt'é de sempr' andar assí;
ca, se lh'alguen na mha coyta falava,
sol non oia nen tornava i;
pero por coyta grande que sofrí
oy mays ey d'ela quant'aver cuydava:

Sandec' e morte, que busquey sempr'i,
e seu amor mi deu quant'eu buscava!
(O.Nobiling, texto 6, 27-28)

A insânia por amor é tema repetido desde os provençais. É embaraçoso encontrar o texto de Joan de Mena que sugeriu a comparação ao anotador do século XV, mas os temas do **ensandecer por amor** e o **morrer por amor** não são alheios a Juan de Mena. A «canción que hizo Juan de Mena estando mal» aproximar-se-ia da poesia trovadoresca de Joan Garcia de Guilhade:

Donde yago en esta cama,
la mayor pena de mí
es pensar quando partí
de entre braços de mi dama.

A bueltas del mal que siento,
de mi partida, par Dios,
tantas vezes me arrepiento,
quantas me miembro de vos:
tanto que me hazen fama
que de aquesto adolescí,
los que saben que partí
de entre braços de mi dama.
Aunque padezco y me callo,
por esso mis tristes quexos
no menos cerca los fallo
que vuestros bienes de lexos;
si la fin es que me llama,
o, qué muerte que perdí
en bivar, quando partí
de entre braços de mi dama!

(Texto de *Las ccc. del famosísimo poeta Juan de Mena* (...) e coplas e canciones, Sevilla, por Jacobo Cronberger, 1517 [cópia da desaparecida ed. de Sevilha de 1512], fol 104 r; ed., Pérez Priego, texto 1).

O **ensandeci** e a **morte** de Joan Garcia de Guilhade pode ter feito reflectir no **adolescí** e **muerte** de Joan de Mena. O tema recorrente do **ensandecer** por amor e o **adolesc**er por amor, teriam sido motivo de criação literária paralela para um leitor do século xv que não desconhecia, por certo, nem a *meditatio mortis*, nem a *lamentatio amoris*.

8. A invocação a D. Denis coloca, no entanto, outra questão: onde terá **Pedro Homem** lido ou tido conhecimento da actividade poética de D. Denis. Um Cancioneiro de D. Denis? Ou, um apenas «ouvir falar» das capacidades poéticas de D. Denis? Ou talvez até pela *Carta-Prohemio* do Marquês de Santillana enviada a seu senhor, se dela teve realmente conhecimento e se continuarmos a supor que o pajem e o poeta da corte de D. João II podem corresponder à mesma pessoa.

A leitura atenta do estudo dedicado ao *Cancioneiro da Ajuda*, C. Michaëlis dá-nos conta de um aspecto da história do manuscrito que, com o desenvolvimento dos nossos conhecimentos em matéria trovadoresca, deixou de ser pro-

veitoso. Ao descrever o códice em um parágrafo intitulado *Inscrição á moda de titulo*, diz:

Exteriormente, no corte transversal inferior liam-se, no tempo de Varnhagen, inscriptas a tinta preta as palavras: *Rey Do Denis*[...]. Já deixei contado [...] que, ao pegar a primeira vez, a 28 de Maio de 1877, no velho in-folio a encontrei mal legível, e quasi totalmente apagada em 1890.

Portanto, num espaço de treze anos, C. Michaëlis deixou de ver a anotação. Considerava que eram «escriptas por mão desconhecida, provavelmente depois de destróçado o volume», e que deviam corresponder apenas à «opinião individual de qualquer leitor moderno. No melhor caso, mas que é pouco verosimil, seriam repetição dos dizeres estampados na lombada, pelo encadernador; i.é no séc. XVI quando o fragmento andava sem frontispicio original» (Michaëlis de Vasconcellos, 1904: II, 141).

Em outro lugar, ao comentar a observação de Varnhagen: «Depois de novo confronto da sua impressão com o original [...]. Refere-se á inscripção Rei D. Diniz (ou antes Rey Dõ Denis), na orla inferior do codice, que primeiro desprezára ou não vira, opinando que ella indica, não o auctor, mas o possuidor do volume, o qual portanto julga anterior ao anno 1325». (Michaëlis de Vasconcellos, 1904: II, 23).

De facto, F. A. Varnhagen na publicação que seguiu as suas *Trovas e Cantares de um Codice do XIV século: ou antes, mui provavelmente, «O Livro das Cantigas do Conde de Barcelos* (1849), anuncia:

Leem-se na orla exterior do codice as palavras = rei D. Diniz = palavras a que ao principio nao' démos nenhum pezo, por nao' nos occorrer logo o argumento que ellas hoje nos ministram. Ainda quando aquelle disticho se achasse na lombada, que foi sempre o logar reservado em um livro para o nome do auctor, nao' podiamos crer que disso se devia concluir ser o mesmo livro do rei D. Diniz, pois que alem de nao' constar que este compozesse tambem um tratado de linhagens, o que ali está é, como vimos, o do conde D. Pedro, e o cancioneiro que nos deixou o rei, e foi ultimamente encontrado na Vaticana, [...] .Logo o tal disticho só indicava o possuidor [...]. Ora a circumstancia de haver pertencido o codice á livraria del rei D. Diniz, nao' seria jamais contraria, mas antes favoravel, á opiniao' de ser della auctor seu filho querido o conde de Barcellos (Varnhagen, 1850: 344).

Este é o apontamento publicado em 1850. C. Michaëlis viu-a também a 28 de Maio de 1877, já mal legível. E refere-nos ainda que «quando em 1890 lá voltei, a fim de cotejar novamente a minha restituição da copia diplomatica que tirara, —esta vez no proprio paço Real, para cujo rez do chão a livraria fo-

ra mudada havia um decénio— achei o volumoso codice no mesmo estado como em 1877. Notei porém, que a inscrição *Rey Dō Denis* traçada com tinta no corte inferior das folhas, se havia tornado ilegível para quem não a conhecesse de antigo» (Michaëlis de Vasconcellos, 1904: 102).

Embora não seja possível ter hoje uma ideia certa da cronologia desta nota, é pertinente associá-la a este contexto, paradoxalmente até pelo seu esbatimento —quer a tinta clara quer o carácter ilegível suscitam indícios de antiguidade—. Pode ser apenas uma coincidência o facto de **Pedro Homem**, possuidor de um *Cancioneiro* sem rubricas atributivas, invocar em um dos seus textos, o rei D. Denis, mas se a inscrição já lá estava, ou por outra hipótese, se ela lá foi colocada nesta altura, seria um outro indício a favor da relação entre **Pedro Homem**, poeta do *Cancioneiro Geral* e possuidor do *Cancioneiro da Ajuda*. Possuía ele um *Cancioneiro* que julgaria pertença de D. Denis?

Actualmente, a observação directa do códice revela que, ao longo da margem inferior entre o texto e a inscrição moderna a lápis para a numeração, é visível, com ultravioletas, uma linha de manchas descoloridas que poderiam corresponder a letras de grande formato com cerca de um centímetro de altura de corpo, sem que seja possível individualizar qualquer letra e muito menos estilo caligráfico, nem evidentemente vestígios nítidos da inscrição mencionada. Acresce que seria ainda problemático explicar como é que uma inscrição, a tinta preta, ainda que sumida, mas visível há cem anos, possa ter desaparecido uniformemente, quando numerosas outras nótulas marginais, de diferente cronologia, sobreviveram. No entanto, no canto inferior direito deste primeiro fólio do *Cancioneiro*, há uma sucessão de manchas que parecem corresponder, de facto, a uma curta inscrição que começa cerca de quatro centímetros do corte direito, em cuja direcção avança ao longo de uma linha que dista da margem cerca de três centímetros. O apagamento da antiga inscrição, observada por Varnhagen e por C. Michaëlis, poderia ter uma explicação plausível, se pensarmos que ela se encontrava, não directamente no fólio, mas na goteira do manuscrito e com a inserção dos fólhos eborenses, a nova sequência dos cadernos seja responsável pelo desaparecimento e pela ilegibilidade da inscrição. Convém não esquecer que, quando C. Michaëlis viu o *Cancioneiro* em 1877 e 1890, «o volume todo andava retalhado em seis parcelas» (II, 145).

Mas, redefinir com estes elementos a presença do manuscrito da Ajuda com **Pedro Homem** em Évora, em um meio se não real, pelo menos, cortesão, com um dono identificável com uma personalidade próxima do Rei, quer D. João II, quer D. Manuel, e com produção poética conhecida, é essencial, não só para a situação do *Cancioneiro* na segunda metade do século XV, mas para demonstrar o seu aproveitamento activo. Isto quer dizer que o manuscrito não se encontrava arrumado de modo estático, mas parece que, através dos elementos ana-

lisados, era um objecto lido ou consultado, quer pelos sinais de propriedade explícitos, quer pela nota relativa ao poeta Juan de Mena.

Como terá herdado **Pedro Homem** o manuscrito? Como o terá encontrado? Simples apropriação, compra, oferta? As respostas a estas perguntas são débeis, mas parece agora claro que o *Livro* (se já possuía a forma de *Livro* que hoje conhecemos), não estaria muito afastado da biblioteca do rei de Portugal ou dos infantes de Avis. Efectivamente, a assinatura de **Pedro Homem** no fólio, que estava colado à pasta anterior da encadernação, levanta agora um problema quanto à cronologia da própria encadernação que tem sido, normalmente, datada só do século XVI. Se **Pedro Homem** assinou no século XV, antes de 1498, quer dizer que aquele fólio com o respectivo texto estava já colado à pasta anterior à abertura do *Livro*, o que faz supor que os cadernos do *Cancioneiro* se encontravam já cozidos e associados a esta encadernação. Se assim é, necessário será antecipar a confecção destas pastas para os finais do século XV. De qualquer modo, a assinatura indica que o fólio com os poemas de Roy Fernandez de Santiago era já um fólio solto e desagregado e, já nesta altura, com funções de resguardo à pasta de encadernação, fosse esta que hoje conhecemos, ou fosse outra mais rudimentar.

9. De todo este conjunto de peças indivisas e indícios ricos, parece possível dar estrutura a um quadro e reconstituir um «puzzle», como proposta admissível, a que quase nada obsta que se conclua:

a) **O ambiente**- o ambiente eborense, régio e humanista é bem documentado. Évora, neste encadeamento de ideias, adquire ainda maior importância. A presença constante da corte de D. João II em Évora, de acordo com os seus itinerários, é considerável.

Na região, **Pedro Homem** está documentado em Fronteira, em Beja e é «morador em Évora». O caderno e os fólhos isolados do *Cancioneiro da Ajuda* encontrados em Évora no século passado, têm assim uma explicação material bem plausível. O *Cancioneiro* esteve em Évora e o acidente relativo à mutilação, ou à não encadernação, de alguns fólhos e de um caderno, deverá ter ocorrido nesta cidade. Aliás, além da existência desta colecção de poesias trovadorescas, Évora não pode deixar de ser associada a outra presença textual: a das trovas de Afonso Sanches endereçadas a Vasco Martins de Resende (Michaëlis de Vasconcellos, 1904: II, 109 e 1905: 683-711). As trovas, como é conhecido, «achãrãose entre os papeis do grande Mestre André de Resende e estavam postas em solfa», o que revela que além da música e da rubrica atributiva, o ilustre humanista eborense e ideólogo do Renascimento, possuía um *Cancioneiro* (ou parte de um *Cancioneiro*), com um texto ligado a um seu eventual ascendente. Isto significa que se este

Cancioneiro não se pode identificar com o *Cancioneiro da Ajuda* (pela presença da música e pela rubrica atributiva), outro português, além de **Pedro Homem**, conheceu também em Évora «versos autenticos de trovadores patrios, em bom estado de conservação», como já o afirmava C.Michaëlis (1904: II, 109).

b) **A personalidade**- o que determina a individualidade de **Pedro Homem**, poeta e fidalgo da corte, e aquilo que o distingue em relação aos outros escudeiros homónimos é a sua condição social, integrado na pequena nobreza, mas com ascensão social relevante junto do rei, «queridíssimo do rei», como o recordava Cataldo. E é, sobretudo, a sua cultura, o seu conhecimento dos modelos da época e a sua interessantíssima invocação a D. Dinis que o fazem eleger como o mais provável **Pedro Homem**, possuidor do *Cancioneiro da Ajuda* nos finais do século XV. Ainda que a sua biografia deva ser enriquecida, é possível traçar já um trajecto coerente através da sua situação na corte portuguesa:

1465. pajem real do Condestável D. Pedro?

1482. escrivão das sisas?

1482. carta de coudelaria quando é morador em Fronteira (do Alentejo).

1482. escudeiro do Conde de Penela, sobrinho do rei D. João II?

1486. escudeiro já do rei D. João II, morador em Évora.

1486. escudeiro do rei, escrivão do almoxarifado da vila de Beja.

1490. participa nas Justas de Évora, ao lado do duque D. Manuel e de D. Joam Manuel.

1492. «fidalgo de nossa casa e nosso estribeiro-mór» (D. Manuel ainda duque)

1498. «P^o Homem...cuja alma Deus haja» (D. Manuel, rei)

Se **Pedro Homem** tem mais ou menos 13/14 anos em 13 de Outubro de 1465, quando está na Catalunha e é já falecido pouco antes de 13 de Março de 1498, deve ter morrido com cerca de 46/47 anos.

Os poemas endereçados a D. Joam Manuel, como o texto em análise com a invocação a D. Denis, não podem ser posteriores a 1498. Aliás, D. Joam Manuel não viverá muito mais tempo. Morre em Castela em 1499/1500. Assim, as duas produções literárias dos dois poetas mantêm-se, praticamente, no mesmo arco cronológico.

Uma personalidade como este cortesão, **Pedro Homem, pajem de poeta, poeta, convivente com poetas**, de D. Joam Manuel, em primeiro lugar a Nuno Pereira, a Simão de Sousa, a Fernão da Silveira, coudel-mor, ao Prior de Santa Cruz, não seria improvável, nem inoportuno que possuísse uma colecção medieval de textos poéticos e que nela inscrevesse o seu nome por duas vezes.

Merece ainda consideração, embora posterior a estas datas, a presença de uma antiga cota **A 5.n.47** (Armário 5, número 47) em letra de chancelaria, sobretudo a caligrafia dos três números que seria das décadas de 1540-1560, em um ambiente renascentista (datação que muito agradeço ao Prof. Borges Nunes), situada no verso do fôlio 87, que anteriormente esteve fixado à pasta anterior da encadernação, não muito afastada da assinatura de **Pedro Homem**. Este tipo de cota, que agora se encontra no final do *Cancioneiro* devido à referida deslocação do fôlio, sugere a pertença do *Cancioneiro* no século XVI a uma colecção pública ou privada, mas de dimensão apreciável. Será então de supor que, após a morte de **Pedro Homem** em 1498, o *Cancioneiro* tenha sido integrado numa colecção mais vasta, provida já de inventário. Esta citação de importância capital para a história do *Cancioneiro* neste período, está dependente de um trabalho organizado que estruture os antigos sistemas de classificação dos livros nas nossas bibliotecas. Reuni já alguns casos, mas ainda não encontrei, infelizmente, outro livro antigo que apresente este mesmo modo de arrumar.

10. Não é de estranhar que um *Cancioneiro* medieval estivesse visível na posse de um quatrocentista. As leituras tinham certamente mudado, mas o uso destas velhas colectâneas não deveria estar completamente adormecido em bibliotecas. Há provas concretas deste facto no *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (B) e no *Cancioneiro da Vaticana* (V).

Os dois cancioneiros copiados em Itália, por iniciativa de Colocci, contêm certo número de textos integrados em espaço disponível, sub-repticiamente, como o designou G. Tavani (1968), incluídos em época tardia, bem posterior à organização primitiva. Estes textos atestam a veracidade de que o antecedente destes dois manuscritos estava, não só nas mãos de alguém do século XV, mas de alguém que se preocupava também com cópia de poesia. Justifica-se a integração destes poemas fora de tempo pela linguagem, pelos esquemas rítmicos e estróficos, pelas fórmulas retóricas e temáticas alheias, em geral, à lírica galego-portuguesa.

A análise da cortesia entre tradição e novidade durante estes períodos tem sido diferentemente observada. J. Ruggieri fala-nos dos poetas «antiquiores» que tendem a uma arte poética «nova» (1980, 176). A. Deyermond (1982) reflectiu acerca da sobrevivência destes textos e na passagem da poesia medieval à poesia cortesã, mostrando as características dos poetas da corte portuguesa, «castelhanizados» pela versificação, pelos temas, pelo estilo e pelo género. V. Beltrán (1988 e 1997) tem-se ocupado também desta transição de um período para outro, assim como G. Tavani (1983) abordou este problema com o seu «último período da lírica galego-portuguesa». Se o poema de Alfonso XI (1311-1350), herdeiro de Fernando IV [B 607/V 209], *Em huum tiempo cogi flores*, em

uma língua híbrida, testemunho da renovação poética (Beltrán, 1985), integrado, talvez, em meados do século XIV, era já o primeiro sinal da novidade de grande alcance nas formas poéticas tradicionais é também o sinal que vai anunciar a poesia posterior a 1340. A breve produção poética deste autor e o ter escrito em «outra» língua revelam, finalmente, que a sua corte assentava já as suas preferências em outro tipo de actividade cultural, afastado da cultura trovadoresca em galego-português, delimitando já as características da escola «galego-castelhana».

Alguns destes textos espúrios já estudados aparecem interpolados na tradição manuscrita, ao nível do antecedente comum, uma vez que os mesmos se encontram nos dois cancioneiros italianos. Outras composições, também não genuínas, unicamente transcritas em *V*, podem ser interpretadas por um comportamento de copista diferenciado dos que copiavam *B*, mais sensíveis à mudança paleográfica com a *littera nova*. No exame do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, A. Ferrari (1979) comprova que estes textos apresentam a singular designação colocciana de *lettera nova* ou *lettera nova fa scrivere*. Colocci ao referir-se a uma mudança paleográfica, pretendia assinalar uma nova escrita nos «textos mais recentes» que encontrava no seu exemplar, isto é, uma forma de indicar os textos de acréscimo posterior em espaços disponíveis e deixados em branco pela transcrição primitiva.

Há o caso de *Leonoreta* (Beltrán, 1991: 47-64 e 341) com uma colocação física anómala em *B* de difícil interpretação, mas cujos elementos conhecidos sugerem, apesar de tudo, uma interpolação tardia da composição no tempo de Afonso XI, como agora se pode ler no verbete dedicado a Johan Lobeira no *Dicionário de Literatura Medieval* (Ferrari, 1993: 349-351). São os poemas, seguramente apócrifos, presentes em *B* e *V*, que podem contribuir para uma reflexão que caracterize talvez o micro ambiente de confecção de textos e de leitura. Uma reflexão que deverá ter em conta que o acto de transcrição de poesia «actual» em cancioneiros «antigos», com espaços em branco disponíveis, além de outros elementos, explicaria que essas colectâneas medievais estavam em condições de ser manuseadas. Os exemplos de integração são, como se sabe, em número considerável:

a) Quatro textos não numerados adicionados à sequência do ciclo de Roy Martinz do Casal [*B* 1159 a 1164 e *V* 762 a 767]. Trata-se de um ciclo de breves composições do género *esparsas* ou de poesias *de mote e glosa*, praticado em quatrocentos e estranhos, portanto à lírica galego-portuguesa. G. Macchi (1966) analisa-os e justifica a sua exclusão do *corpus* trovadoresco devido às características dos aspectos linguísticos, métricos e retóricos. A designação *Outra* seria, além disso, fórmula frequente, por exemplo, no *Cancioneiro Geral* de Resende para designar outra composição do mesmo autor.

b) O texto de «textura nova», atribuído a D. Denis, *Per muito amo, muito non desejo* por surgir na sequência das poesias do Rei [B 605-606/ V 208], estudado por Lapa (1930), revela, também, através das suas características linguísticas, métricas e temáticas, carácter posterior à poesia galego-portuguesa, aproximando-se da poesia cortesã, como bem o demonstrou G. Tavani (1969, 219-233).

c) Outro texto, *Nojo tom'e quer prazer* [V 404], normalmente atribuído a Fernan Velho, estudado por G. Lanciani (1975-1976), é também uma composição inserida, mais tarde, num espaço deixado em branco com claras diferenças em relação aos trovadores quanto ao estilo, ao vocabulário e à estrutura que utiliza a forma de *mote e glosa*.

d) Uma trova, a *Do Port'and' e vou mudar* [V 387], atribuída a Fernand'Eanes no *Cancioneiro da Vaticana*, é constituída pelo esquema estrófico que inclui mote e glosa. O género do texto, a língua e o estilo, as fórmulas temáticas caracterizam-no como uma composição de quatrocentos inserida no cancionero primitivo (G. Tavani, 1969, 139-143).

e) Uma *pregunta* de Álvaro Afonso, «cantor do senhor inffante», *Luis Vaasquiz, depois que parti* [V 410] coloca-nos, de novo, no mesmo ambiente, na corte culta do Infante D. Pedro e de D. Afonso v. Trata-se de um fragmento com a indicação de «*Pregunta que ffez Alvaro Afonso, cantor do senhor Inffante, a hũu escollar*». O cargo de cantor, maestro da capela real, foi exercido por um Álvaro Afonso talvez até 1471. A referência ao «senhor inffante», permite colocar, provavelmente, o fragmento durante a menoridade de D. Afonso v, quando D. Pedro, seu tio, foi Regente do reino entre 1440 e 1447. Este poema durante bastante tempo considerado um excepcional exemplo de «pastorela à maneira nacional», não é mais do que o género *pregunta* que, não só é desconhecido da lírica galego-portuguesa, como está inserido na tradição presente na recolha de Resende. Um texto que obedece, como o demonstrou L.S.Picchio (1966), aos gostos do *Cancioneiro de Baena*.

f) *Donna e senhora de grande valia* [V 668], atribuída a Juyão Bolseyro que era reconhecido e citado como primitivo exemplo de «arte maior» (Clarke, 1940: 202-212; P. Le Gentil, 408-439), e afinal apresenta as características de língua, de métrica, que excluem a atribuição ao trovador galego-português, sendo também um texto apócrifo. (Tavani, 1969: 183-217).

g) Na composição *Com'omen ferido, sem feno e sem pão* [B 1075 bis / V 666], a rubrica informa-nos de que é uma *Pregunta que foi feita a Fernan d'Ataide (ou d'Atouguia)* e fez-a a Di[e]go Gonçalvez de Montemor-o-Novo. Bastaria já a indicação *Pregunta* para nos colocarmos no século xv. A referência a Montemor-o-Novo, como justamente assinalou G. Tavani (1969, 139-143), adquire importância por ser possível associar o papel destas regiões do Sul que começam

a assumir importância com a dinastia de Avis. E na Biblioteca de D. Duarte existe a referência de um *liuro das trouas d el rey dom afonso, encadernado em couro o qual copilou .f. de montemor o nouo* (Alves Dias, 1982: 208) É possível que este Diego Gonçalves de Montemor-o-Novo seja a personagem que é citada no processo de Vasco Abul de Anrique da Mota (C.G.: iv, 803).

Pelo menos, através destes factos, com o «cantor do senhor infante» e com a personalidade de Montemor, é possível enquadrar ainda, de modo mais claro, a existência do *Cancioneiro da Ajuda* em Évora na segunda metade do século xv, nas mãos de **Pedro Homem**, cortesão e poeta do *Cancioneiro Geral*.

Aliás, o *Cancioneiro da Ajuda* não escapou à tentação da mudança métrica ainda que de forma isolada. Em uma das composições de Roy Queymado [A 130], há um leitor quinhentista que tentou modificar e adaptar uma estrofe do texto do trovador. C. Michaëlis identificando-o hipoteticamente com António Ferreira, classificava-a como «uma curiosa tentativa, de resto mal sucedida, de transpôr em decasyllabos á maneira provençal, ou seja em hendecasyllabos segundo a maneira italiana, alguns dos arcaísmos, asperos e rebeldes versos de nove syllabas» (1904: II,127):

D'este mund(o) outro ben non querria
 –por quantas coitas me Deus faz soffrer–
 que mia senhor do mui bon parecer
 que soubess' eu ben que entendia
 como og' eu moir', e non lho dizer eu,
 nen outre por min, mais ela de seu
 [sen] o entender como seria.

Acompanhado à margem de:

Outro ben d'este mundo non querria
 pol[as]coitas qu'amor me faz sofrer
 que mia sen[h]or meu mal todo sabia
 e que soubess'eu sempre atender.
 Se esse ben ouvesse, averia
 o mais do ben que ja querri' aver
 ella o sabe ben sen lho dizer.

[riscado e substituído pelo verso seguinte]:

soubera o ela ben sen lho dizer
 e o sen posera en min como d...
 nunca lho ous.....dizer

(Michaëlis de Vasconcellos, 1904, I, 263-265)

A par destas notícias óbvias relativas à presença na corte portuguesa de, pelo menos, um *Cancioneiro* que, na primeira metade do século xv, acolheu outras composições poéticas, além da revelação do Marquês de Santillana a propósito do «grant volumen de cantigas serranas e decires portugueses e galegos» com poesias de D. Denis, é de recordar a presença na Roma quinhentista do *Cancioneiro* português, antecedente de *B*, como documenta o estudo de E. Gonçalves (1984). Um ambiente de cultura humanista internacional -vários portugueses ilustres estão em Roma nesta altura-, com a presença na Cúria Romana de António Ribeiro, camarário de Clemente VII, encarregado pelo pontífice em 1525, de levar a Rosa de ouro ao Rei de Portugal. Um português desse ambiente diplomático-literário que pode estar ligado à história dos apógrafos italianos. Uma passagem da corte portuguesa à Cúria Romana. Segundo Barbosa Machado, o poeta **Pedro Homem**, estribeiro-mor do rei D. Manuel (e provável possuidor do *Cancioneiro da Ajuda*, como vimos), teve **um filho Antonio Homem** «**Embaixador del Rey D. Manoel á Curia Romana**» mas, desta informação, não possuo elementos suficientes que permitam outras conjecturas.

À história da reconstituição dos *cancioneiros* galego-portugueses no século xv, acrescenta-se agora, uma prova da existência do futuro *Cancioneiro da Ajuda* também no mesmo período, em um meio cortês, numa linha lógica de interesses culturais que se vinham manifestando desde a geração de Avis, com a nova cultura do Infante D. Pedro, do Condestável D. Pedro, de D. Afonso V e de D. João II.

Se a tradição manuscrita dos *Cancioneiros* medievais é caracterizada por ser fundamentalmente unitária, a definição mais precisa do ambiente em que estes *cancioneiros* se mantiveram, mesmo o *Cancioneiro da Ajuda* que se supunha ter uma vida à parte, aponta para um meio cada vez mais exíguo e restrito —**a corte**— o que explicaria ainda a pouca profusão destes materiais em um pequeno círculo de produção e fruição destes textos.

É extremamente estimulante observar este fio coerente e quase sem ruptura aparente desde a poesia medieval do *Cancioneiro Trovadoresco* à poesia cortesã do *Cancioneiro Geral*. Talvez não haja nem um hiato, nem um interregno tão significativo como, em geral, costuma ser apontado. G. de Resende bem falava no seu *Prologo* de «algũas obras que pude aver dalgũs passados» e «esses grãdes poetas que per tantas partes ssam espalhados». Os poetas cortesãos tiveram conhecimento da poesia medieval. Há, pelo menos, um que o diz, invocando D. Denis, de forma explícita. Os textos interpolados nos *cancioneiros* italianos só foram transcritos, porque o exemplar foi, certamente, folheado ou lido. O *Cancioneiro da Ajuda* parece com toda a probabilidade estar nas mãos de um poeta cortesão do século xv.

Esta análise motivada pela identificação de **Pedro Homem** sugere uma reflexão conclusiva que englobe a continuidade e, ao mesmo tempo, a descontinuidade entre a **canção cortês ou canção trovadoresca e a poesia cortesã**. É, na verdade, necessário relevar a existência de algumas invariantes e, simultaneamente, sublinhar as diferenças, com o objectivo de acentuar que, no fundo, o interregno poético é ténue.

De um lado, a **continuidade** poderia ser observada através de marcas bem precisas, tais como:

a) o ambiente de corte e a condição de cortesão que, mesmo com as novas mudanças estéticas, não deixa de ser um divertimento circunscrito ao paço. Um paço que, tal como anteriormente, era ainda caracterizado pelo seu carácter laico e livre de qualquer peia moral, no que diz respeito a esta actividade literária;

b) uma poesia produzida por nobres, destinada a nobres e consumida por nobres, cimentada na própria circulação e conhecimento de poetas. O estatuto de poeta medieval e quatrocentista não seria fundamentalmente diferente;

c) as colectâneas medievais de certo modo continuavam a ter alguma existência activa, documentada, quer pela interpolação de textos tardios na colecção primitiva, quer agora pela situação do *Cancioneiro da Ajuda*;

d) os *topoi*, de preferência geral, são muito semelhantes às variações sobre temas impostos, como o lirismo, a sátira, o jocoso, a corrupção, a desordem moral, o sagrado, o profano. A cortesia tinha, em traços gerais, como padrão os poetas occitânicos, e os poetas de quatrocentos vão ter como modelo os poetas da corte castelhana, não só como autores, mas como tradutores das novas referências e das novas leituras. É o movimento estético que muda, mas o modo de compor e desfrutar o texto literário poético não se alteraria, essencialmente, nem no modo de apresentação, nem no de compilação;

f) uma poesia certamente elitista, aristocrática e aristocratizante de concepção, mas obediente a certas regras de comportamento social, de atitudes convencionais quase sempre descodificadas no meio em que era apresentada, continuará envolvida e dependente da atmosfera cortesã ou do palácio;

g) uma produção textual que obedecia, evidentemente, a rígidas normas técnicas quanto à retórica em uma língua convencional conhecida e praticada pelos meios que aderiram a estas práticas literárias.

Por outro lado, a **descontinuidade** seria visível através de:

a) uma poesia cortesã, com um ambiente aberto a outra cultura e a outros modelos. A presença da Antiguidade, Dante, Petrarca e uma pesquisa formal que vai assumir o bilinguismo, as referências e as citações de texto alheio

sendo a glosa parte integrante desta nova técnica, mais aberta e desenvolvida do que as *contrefacta* medievais;

b) constituem ruptura as novas formas técnicas –*as perguntas, respostas, as carta, as esparsas, os motes e glosas, os vilancetes,*– etc .

c) desenvolvem-se, assim, novos géneros, nova descrição formal, novas preferências métricas.

d) a elaboração de uma língua literária com outros modelos linguísticos que já não são os que estiveram subjacentes à literatura dos séculos XIII e XIV (Lapesa, 1953-1954);

No entanto, a constituição desta nova língua literária não é uma continuidade da língua literária medieval, a *koiné* do século XIII. É antes uma *koiné* elaborada segundo outros parâmetros. A língua literária do século XV estaria tão «afastada» da língua corrente que se desenvolvia no centro-sul de Portugal com a presença cada vez mais estável da corte nesta região, como a língua literária do século XIII o estava para os dialectos setentrionais, como justamente assinala I. Castro (1993: 102).

A ruptura é mais técnica do que temática. A corte continua a ser itinerante, mas está a tornar-se cada vez mais estável e o seu universo, salvaguardando os novos modelos estéticos, não será, por certo, muito diferente do tempo afonsino ou dionisino, no que diz respeito ao lazer palaciano. Beltrán (1997) esquematiza, além das múltiplas razões que explicariam o «colapso» da escola galego-portuguesa, os elementos que caracterizam a « debilidade biológica, inerente a este período» e, assim, podemos dizer que, no que diz respeito à manutenção dos materiais, à organização de cancioneiros, há realmente, uma nítida interrupção nos **processos de transmissão** textual, mas parece não haver tão nítida interrupção nos **processos de produção**.

Mas são os mesmos espaços e os mesmos tipos de personalidades que vão ser responsáveis pela transmissão poética. A dinastia de Avis, sobretudo com o Infante D. Pedro, com D. Afonso V e com D. João II actua, neste aspecto, como tinha actuado D. Afonso III, D. Denis e D. Pedro, Conde de Barcelos. E o paralelismo prolonga-se. Assim como é a Itália renascentista e Colocci que vão preservar e transmitir a herança lírica galego-portuguesa da Idade Média, é a Évora renascentista, «que he a segunda [cidade] do Reyno» (Resende, Crónica, 158), e **Pedro Homem**, proprietário e transmissor, que nos vai proteger o *Cancioneiro da Ajuda*, retirando-o, talvez mesmo como um conjunto de cadernos cozidos, de um espaço, certamente não muito afastado da Livraria Real, mas poupando-o assim ao sismo do século XVIII.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, L. de (1979): «Antilha», *Dicionário de História de Portugal*, I vol., Iniciativas Editoriais, Lisboa, pp. 156-157.
- ASENSIO, E. (ed.) (1951): Jorge Ferreira de Vasconcellos, *Comedia Eufrosina*. Texto de la edición príncipe de 1555 con las variantes de 1561 y 1566, Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto Miguel de Cervantes, Madrid.
- AUBRUN, CHARLES-V. (1942): «La chronique de Miguel Lucas de Iranzo», *Bulletin Hispanique*, XLIV, pp. 40-60 e 81-95.
- BALAGUER Y MERINO, A. (1881): *D. Pedro el Condestable de Portugal, considerado como escritor, erudito y anticuario (1429-66)*. Estudio histórico-bibliográfico, Imprenta de Vicente Dorca, Gerona, pp. 20-34.
- BELL, AUBREY F. G. (1971): *História da Literatura Portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa (1 ed. 1921), p. 130.
- BELTRÁN, V. (1984): «O vento lh'as levava: Don Denis y la tradición lírica peninsular», *Bulletin Hispanique*, LXXXVI, 1-2, 5-25.
- (1985): «La cantiga de Alfonso XI y la ruptura poética del siglo XIV», *El Crotalón. Anuario de Filología Española*, II, pp. 259-273.
- (1988): *La canción de amor en el otoño de la edad media*, PPU, Barcelona.
- (1991): «Tipos y temas trovadorescos. VII. Leonereta /fin roseta, la corte poética de Alfonso XI y el origen del Amadís» e «Postilla», *Cultura Neolatina*, LI, 1-2, pp. 47-64 e 3-4, p. 341.
- (1996): «Tipos y temas trovadorescos. XI. La corte poética de Sancho IV», *La literatura en la época de Sancho IV*, Universidad, Alcalá de Henares, pp. 121-140.
- (1997): «La encrucijada de Santillana», estudio preliminar a Marqués de Santillana, *Comedieta de Ponza, Sonetos, Serranillas y otras obras*, edición de R. Rohland de Langbehn, Crítica, Barcelona, pp. IX- XXX.
- BOTTA, P. (1981): «La questione attributiva del romance *Gritando va el Caballero*», *Studj romanzi*, XXXVIII, pp. 91-13.
- CAMÕES, Luís de: *Os Lusíadas*. Leitura e notas de A. J. da Costa Pimpão, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1989.
- Cancioneiro da Ajuda [A]*. Edição fac-similada, Apresentação, estudos de J. V. de Pina Martins, Maria Ana Ramos, Francisco G. Cunha Leão e índices. Edições Távola Redonda, Lisboa, 1994.
- Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci Brancuti) [B]*. Reprodução facsimilada, com Apresentação de L. F. Lindley Cintra, Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional, - Casa da Moeda, Lisboa, 1982.
- Cancioneiro Português da Biblioteca Vaticana* (cód. 4803) [V]. Reprodução facsimilada, com Introdução de L.F. Lindley Cintra, Centro de Estudos Filológicos, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1973.

- Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* [C.G.]. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias, 4 vols., Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1990-1993. As composições de Pedro Homem encontram-se no I vol.: 151, 170, 171, 172, 173, 174 e no vol. III: 568, 575, 577, 588, 595, 596, 608, 610 e 614.
- CARTER, H. H. (1941): *Cancioneiro da Ajuda*. A Diplomatic Edition, Modern Language Association of America, Oxford University Press. New York-London. Reimpressão: Milwood, New York, Kraus Reprint Co., Milwood-New York, pp. 134-135 e 186.
- CARVALHO, R. de (1959): *História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772)*, Atlântida, Liv. Editora, Lda., Coimbra, 1, pp. 05-106.
- CASTRO, I. (1991): «A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro», *Biblos*, LXIX, pp. 97-106.
- Chancelaria de D. João II*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (T.T.).
- Chancelaria de D. Manuel I*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (T.T.).
- CLARKE, D. C. (1940): «The «copla de arte mayor», *Hispanic Review*, VIII, pp. 202-212.
- COELHO, M. H. DA CRUZ (1983): *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Coimbra, I, p. 470.
- DEYERMOND, A. (1982): «Baena, Santillana, Resende and the silent century of portuguese court poetry», *Bulletin of Hispanic Studies*, 59, pp. 198-210.
- (1983): «The Love Poetry of King Dinis», *Florilegium Hispanicum: Medieval and Golden Age Studies presented to Dorothy Clotelle Clarke*, Madison, pp. 119-130.
- DIAS, A. Fernanda (1978): *O Cancioneiro Geral e a Poesia Peninsular de Quatrocentos. Contactos e Sobrevivência*, Liv. Almedina, Coimbra.
- DIAS, H. M.-CASTRO, I., (1977): «A edição de 1516 do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende», *Revista da Faculdade de Letras*, IV série, n.1, 93-125, Lisboa.
- DIAS, J. J. ALVES (ed.), (1982): *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática, transcrição de..., introdução de A. H. de Oliveira Marques e J. J. Alves Dias, revisão de A. H. Oliveira Marques e T. F. Rodrigues, Ed. Estampa, Lisboa, 1982, pp. 206-208.
- Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de G. Lanciani e G. Tavani, Ed. Caminho, 1993.
- DYGGVE, H. PETERSEN (1938): *Moniot d'Arras et Moniot de Paris, trouvères du XIII siècle*. Edition des Chansons et étude historique, *Mémoires de la Société Néo-Philologique de Helsinki*, XIII, pp. 99-101.
- EARLE, T. F. (1990): *Musa Renascida. A poesia de António Ferreira*, Ed. Caminho, Lisboa.

- FERRARI, A. (1979): «Formazione e struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (Cod. 10991): Colocci-Brancuti», *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, Paris, pp. 27-142.
- FONSECA, L. Adão da (ed.), (1975): *Obras Completas do Condestável Dom Pedro de Portugal* Introdução e edição diplomática. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- (1982): *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 341-342.
- FREIRE, A. Braamcamp (1907-1908): «A gente do cancionero», *Revista Lusitana*, X, pp. 262-310 e XI, pp. 311-344, sobretudo, p. 341.
- (1973): *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., 2 ed. , Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, (1 ed. , Lisboa, 1899-1901-1905), II, p. 144.
- (s.d.): *Armaria Portuguesa*, Lisboa (sep. do *Arquivo Historico Portuguez*, 1908 a 1921), pp. 244-245.
- GÓIS, Damião de, (1949): *Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel* (1566), edição de D. Lopes, Coimbra, Universidade, cap. 46.
- GOMES, R. Costa, (1995): *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Difel, Lisboa.
- GÓMEZ MORENO (1990), *El «Prohemio e carta» del Marqués de Santillana y la teoría literaria del siglo XV*, PPU, Barcelona.
- KERKHOF, P. A. M. (ed.), (1988), Íñigo López de Mendoza, Marqués de Santillana, *Obras Completas*. Edición, introducción y notas. Planeta-Autores Hispánicos, Barcelona.
- GONÇALVES, E., (1984): «Quel da Ribera», *Cultura Neolatina*, XLIV, 3-4, pp. 219-224.
- KERKHOF, M. P. A. M. (ed.) (1997): Juan de Mena, *Laberinto de Fortuna*, edición, introducción y notas, Clásicos Castalia, Madrid, pp.149-150.
- LANCIANI, G. (1975-1976): «A propósito de um texto atribuído a Fernan Velho», *Estudos Italianos em Portugal*, 38-39, pp. 157-170.
- LAPA, M. RODRIGUES (1930): *Uma cantiga de D. Denis. Interpretação e fontes literárias*, Imprimerie J.Solsona, Paris. Reimp.: *Miscelânea de língua e literatura portuguesa medieval*, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1982, pp. 205-233.
- LAPESA, R. (1953-1954): «La lengua de la poesía lírica desde Macías hasta Villasandino», *Romance Philology*, VII, pp. 51-59.
- LE GENTIL, P. (1949-1953): *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge. Les thèmes, les genres et les formes*, 2 vols., Pliton Editeur Rennes., Reimpresão: Slatkine, Genève, Paris, 1981.
- LIMA, J. Leitão Manso, (1930): *Famílias de Portugal*, vol. XII, Lisboa, pp. 480-640.

- LOPES, Fernão: *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915), preparada por Anselmo Braamcamp Freire e com um Prefácio de Luís F. Lindley Cintra, Parte Primeira, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977, p. 244.
- MACCHI, G. (1966), «Le poesie di Roy Martinz do Casal», *Cultura Neolatina*, xxvi, 2-3, pp. 1-29.
- MACHADO, D. Barbosa (1965-1967), *Bibliotheca Lusitana, História, Crítica e Cronológica*, ed. facs. 3 ed., 4 vols., Lisboa, Atlântida, III, pp. 584-585 (1 ed., 4 vols., Lisboa, 1741-1759).
- MACPHERSON, I. (1979): *The Manueline Succession: the Poetry of Don Juan Manuel II and Dom João Manuel*, University Printing Unit, Exeter.
- MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA (1979): «Nobreza», *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por J.Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, iv, pp. 385-388.
- MATTOS, G. DE MELLO (1979): «Escudeiro», *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por J.Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, II, pp. 430-431.
- MENDONÇA, M. (1991): *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, Ed. Estampa, Lisboa.
- (1994), *Chancelaria de D. João II : Índices*, 2 vols., Lisboa.
- Monumenta Henricina*, ed. da Comissão Executiva das Comemorações do v centenário da morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-1974.
- MORENO, H. BAQUERO (1983-1984): «O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra», *Revista de História*, v, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, pp. 27-46.
- (1980): *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Biblioteca Geral da Universidade por Ordem da Universidade, Coimbra, vol. II, pp. 1040-1041.
- NOBILING, O. (ed.), (1907): *Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade, trovador do seculo XIII*, escolhidas e anotadas por, K. B. Hof- und Univ.-Buchdruckerei von Junge & Sohn, Erlangen, pp. 27-28.
- OLIVEIRA, A. Resende de (1994) *Depois de espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Edições Colibri, Lisboa.
- PÉREZ PRIEGO, M. A. (ed.) (1989): *Juan de Mena, Obras Completas*. Edición, introducción y notas, Planeta-Autores Hispánicos, Barcelona.
- PERNOUD, R. (1982): *La Reine Blanche*, Ed. Albin Michel, Paris.
- PICCHIO, L. STEGAGNO (1966): «Per una storia della serrana peninsular: la serrana di Sintra», *Cultura Neolatina*, xxvi, 2-3, 1-24. Republicado com o título «Entre pastorelas e serranas: a serrana de Sintra», *A lição do texto*.

- Filologia e Literatura*, Edições 70, Lisboa, 1979, 111-141 e, na tradução francesa, com o título « Pour une histoire de la serrana péninsulaire: la serrana de Sintra », *La méthode philologique. Écrits sur la Littérature Portugaise, I - La Poésie*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982, pp. 91-121.
- PINA, Rui de: *Crónica de D. Afonso V, Crônicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto 1977.
- RAMALHO, A. DA COSTA (1979): «Alguns aspectos da introdução do humanismo em Portugal», *Boletim da Biblioteca da Univ. de Coimbra*, xxxiv, pp. 5-26.
- (1985): *Para a História do Humanismo em Portugal*, I, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Coimbra.
- (1996): «Uma carta de Cataldo a Pedro Homem», *Hvmanitas*, XLVIII, pp. 257-265.
- (ed. facs.) (1988): Cataldo Parísio Sículo, *Epistolae et Orationes*, Por Ordem da Universidade, Coimbra.
- RESENDE, Garcia de: *Crónica de Dom João II e Miscelânea*. Introdução de J. Veríssimo Serrão, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, pp. 184, 357-358.
- ROCHA, A. CRABBÉ (1949): *Aspectos do Cancioneiro Geral*, Coimbra Editora, Coimbra.
- RODRIGUES, M. T. CAMPOS (1979): «Pagem ou Donzel», *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por J. Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, iv, pp. 513-514.
- ROHLAND DE LANGBEHN (ed.) (1997): Marqués de Santillana, *Comedieta de Ponza, Sonetos, serranillas y otras obras*, Crítica, Barcelona.
- RUGGIERI, Jole, (1931): *Il Canzoniere di Resende*, Leo S. Olschki, S. A., Editeur, Genève.
- RUGGIERI, JOLE SCUDIERI (1980) *Cavalleria e cortesia nella vita e nella cultura di Spagna*, Stem-Mucchi, Società Tipografica Editrice Modenese, Modena, capítulos III, IV e V.
- SCHIFF, M., (1905): *La Bibliothéque du Marquis de Santillane*, Librairie Émile Bouillon, Ed., Paris.
- SERRÃO, J. Veríssimo, (1993): *Itinerários de el-rei D. João II (1481-1495)*, prefácio, compilação e notas, Lisboa, 1993.
- SOUSA, J. SILVA DE (1991): *A casa senhorial do infante D. Henrique*, Lisboa, pp. 17- 27-36-119-122-174.
- SOUSA, A. Caetano de (1946-1954): *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, ed. revista por M.Lopes de Almeida e C. Pegado, 12 vols., Atlântida, Coimbra, (1 ed. , Lisboa, 1739-1748).
- STUART DE ROTHESAY, Charles (1823): *Fragmentos de hum Cancioneiro Inedito que se acha na Livraria do Real Collegio dos Nores de Lisboa*, Tipografia da Embaixada Britânica, Paris.

- TAVANI, G. (1965): «Considerazioni sulle origini dell' *arte mayor*», *Cultura Neolatina*, xxv, pp. 15-33. Republicado com o título «Sull'attribuzione a Juyão Bolseyro di *Donna e senhora de grande vallia* (Considerazioni sull' *arte mayor*)», *Poesia del Duecento nella Penisola Iberica. Problemi della lirica galego-portoghese*, Ed. dell' Ateneo, Roma, 1969, pp.183-217.
- (1967): «La tradizione manoscritta della lirica galego-portoghese», *Cultura Neolatina*, xxvii. Reimpresso em *Poesia del Duecento nella Penisola Iberica. Problemi della lirica galego-portoghese*, Ed. dell' Ateneo, Roma, 1969 e em *Ensaio Portugueses*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1988.
- (1969): «Sull'attribuzione a D. Denis di *Pero muito amo, muito non desejo*», *Poesia del Duecento nella Penisola Iberica. Problemi della lirica galego-portoghese*, Ed. dell' Ateneo, Roma, pp. 219-233.
- (1983): «L'ultimo periodo della lirica galego-portoghese: archiviazione di un'esperienza poetica», *Revista da Biblioteca Nacional*, 3, pp. 9-17.
- (1983): «La poesia lirica galego-portoghese», *Grundriss der Romanischen Literaturen des Mittelalters*, vol. II, t. I, fâsc. 6. Estudo traduzido em *A poesia lírica galego-portuguesa*, Editorial Comunicação, Lisboa, 1990.
- (1988): «A poesia lírica na literatura hispânica do século XIII», *Ensaio Portugueses*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, pp. 11-30.
- VARNHAGEN, F. Adolfo de (1849-1850) *Post-Scriptum a Trovas e Cantares de um Codice do XIV Século: Ou antes, mui provavelmente, «O Livro das Cantigas» do Conde de Barcellos*, Madrid, p. 344.
- VASCONCELLOS, C. Michaëlis de (ed.), (1922): *Condestável D. Pedro de Portugal: Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel*, 2 ed., Imprensa da Universidade, Coimbra.
- (1897): «Geschichte der Portugiesischen Litteratur», *Grundriss der Romanischen Philologie*, II Band. , 2 Abteilung, Karl J. Trübner, Strassburg, p. 264.
- (1885): *Poesias de Sá de Miranda*, Max Niemeyer, Halle, pp. 812-81.
- (1905): «Vasco Martinz und D. Afonso Sanchez», *Zeitschrift für romanische Philologie*, xxix, pp. 683-711.
- (1904): *Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e commentada, 2 vols, a .S., Max Niemeyer, Halle. Reimpressões anastáticas: Bottega di Erasmo, Torino, 1966; Georg Olms, Hildesheim-New York, 1980; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1990, que inclui, contrariamente às precedentes, o *Glossário* que C.Michaëlis tinha publicado na *Revista Lusitana*, xxiii, 1920 (separata de 1922), e um prefácio de I. Castro.